

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO COMISSÃO DE
GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA

TIAGO FERNANDO MACHADO NUÑEZ

**ORGANIZAÇÃO DA MAPOTECA DO
ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO**

PORTO ALEGRE

2016

TIAGO FERNANDO MACHADO NUÑEZ

**ORGANIZAÇÃO DA MAPOTECA DO
ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia.

Orientador: Prof. Jorge Eduardo Enríquez Vivar
Coorientador: Prof. Francisco Alcides Cougo Junior

PORTO ALEGRE

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Nuñez, Tiago Fernando Machado

ORGANIZAÇÃO DA MAPOTECA DO ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO / Tiago Fernando Machado Nuñez. -- 2016.
61 f.

Orientador: Jorge Eduardo Enríquez Vivar.

Coorientador: Francisco Alcides Cougo Junior.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Arquivologia, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Arquivologia. 2. Mapoteca. 3. Arquivos Permanentes. 4. Mineração do Carvão. 5. Arranjo. I.
Vivar, Jorge Eduardo Enríquez, orient. II. Cougo Junior, Francisco Alcides, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

TIAGO FERNANDO MACHADO NUÑEZ

ORGANIZAÇÃO DA MAPOTECA DO
ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:

Profº. Jorge Eduardo Enríquez Vivar – UFRGS
Orientador

Profº. Francisco Alcides Cougo Junior – UFRGS
Coorientador

Profª. Rita de Cássia Portela da Silva– UFRGS
Examinadora

Profª. Valéria Raquel Bertotti – UFRGS
Examinadora

RESUMO

Esta monografia apresenta a análise da organização e classificação dos documentos cartográficos que compõem o acervo da Mapoteca do Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão, em Arroio dos Ratos, Rio Grande do Sul. Para tal, analisa a forma de arquivamento adotada, a partir da década de 50, por uma das maiores empresas que atuaram na Região Carbonífera do Baixo Jacuí, o Consórcio Administrador de Empresas da Mineração (CADEM). O objetivo é descobrir se o modo empírico de arquivamento adotado na época pode ser considerado aplicável ao acervo, segundo as teorias e os princípios da arquivologia. Assim, no segundo capítulo, serão abordadas técnicas bibliográficas e metodológicas. Após, comenta a intervenção arquivística no acervo da Mapoteca e, por último, o resultado a que se chegou em termos de classificação da documentação cartográfica – resultado que considera que a forma aparentemente empírica adotada no passado é a que melhor representa a ordem original do acervo. Também são abordados nas páginas seguintes, temas recorrentes da arquivologia, como o estudo de contexto histórico e de produção documental, arquivos especiais, além de tipologias documentais e princípios arquivísticos.

Palavras-chave: Arquivologia. Documentos Cartográficos. Classificação. Mineração do Carvão. Arquivos Especiais. Mapoteca.

ABSTRACT

This monograph presents the analysis of the organization and classification of the cartographic documents that compose the collection of the Map of the Historical Archive of the State Museum of the coal, in Arroio dos Ratos, in the state of Rio Grande do Sul. To this end, it analyzes the form of archival adopted, from the one of the largest companies that acted in the Lower Carboniferous Jacuí Region, the Consórcio Administrador de Empresas da Mineração (CADEM). The purpose is to find out if the empirical mode of archiving adopted at the time can be considered applicable to the collection, according to archival theory and principles. Thus, in the second chapter, bibliographic and methodological techniques will be approached. Afterwards, he comments on the archival intervention in the Mapoteca collection and, finally, the result that has been achieved in terms of classification of cartographic documentation - an outcome that considers that the apparently empirical form adopted in the past is the one that best represents the original order of the collection. Also discussed in the following pages are recurrent themes of archivology, such as the study of historical context and documentary production, special archives, as well as documentary typologies and archival principles.

Keywords: Archivology. Cartographic Documents. Classification. Mining Coal. Archival Principles. Special Archives. Map Collection.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Imagem (detalhe) do quadro de uma planta com seu produtor, assunto e demais informações.....	18
Figura 2	Imagem do quadro e parte de uma planta, com destaque para código de arquivamento assinalado em vermelho.....	37
Figura 3	Imagem da planilha Excel com a classificação dos perfis de sondagens referentes a região Recreio. Salaria a relação existente entre as datas e os códigos de arquivamento.....	38
Figura 4	Imagem em detalhe dos setores expressos na carta estudada.....	38
Figura 5	Imagem da Planta de um projeto de um Filtro rápido.....	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Abrangência geográfica dos termos Jeromina e Butiá.....	36
Quadro 2	Imagem (detalhe) do quadro de uma planta com seu produtor, assunto e demais informações.....	41
Quadro 3	Subdivisões dos níveis agrupadores de informação.....	42
Quadro 4	Quadro com o esquema final adotado para reestabelecer a visão orgânica da documentação.....	50

LISTA DE SIGLAS

- ASF Brasil – Arquivistas Sem Fronteiras Do Brasil
- CADEM – Consórcio Administrativo De Empresas De Mineração
- CCR – Companhia Carbonífera Riograndense
- CCMB – Companhia Carbonífera Minas De Butiá
- CEFMSJ – Companhia Estrada De Ferro e Minas De São Jerônimo
- CMCJ – Companhia Minas De Carvão Do Jacuhy
- CMCPAR – Companhia De Minas De Carvão De Pedra De Arroio Dos Ratos
- COPELMI – Companhia De Lavras e Pesquisas Minerais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	CONTEXTUALIZAÇÕES E CONCEITOS ARQUIVÍSTICOS INDISPENSÁVEIS.....	14
2.1	Projeto Mapoteca do Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão.....	14
2.2	O Acervo Documental e sua trajetória.....	15
2.3	Histórico da mineração e importância do CADEM como produtor e acumulador de documentos.....	16
2.4	Fundamentação teórica para a abordagem do tema.....	20
2.4.1	Princípio de Proveniência, Fundo de Arquivo e Ordem Original.....	20
2.4.2	Sobre arranjar e ordenar.....	23
2.4.3	Arquivo Permanente, sua relação com documentos cartográficos e valor informacional	24
2.4.4	Arquivo é o lugar para mapas e plantas?.....	26
2.4.5	Gêneros documentais e a definição do termo Documento Cartográfico como ideal.....	27
2.4.6	Documento especial e sua diferenciação dos especializados.....	28
2.4.7	Mapoteca: mais do que um móvel para acondicionamento.....	29
2.4.8	Definições arquivísticas para as principais tipologias encontradas no acervo.....	30
3	ANÁLISE DA FORMA DE ARQUIVAMENTO ADOTADA PELO PRINCIPAL PRODUTOR/ACUMULADOR (CADEM).....	33
4	COMO CHEGAMOS A FORMA DE ARQUIVAMENTO PROPOSTA PARA A DOCUMENTAÇÃO.....	45
4.1	Reconhecimento da documentação e o uso de campos descritores.....	45
4.2	Funções e atividades refletidas nas Chave de Arquivamento...	47
4.3	A forma de arquivamento sugerida.....	49
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
6	REFERÊNCIAS.....	55
7	ANEXOS.....	57

1 – INTRODUÇÃO

Esta monografia é um estudo sobre o como proceder na organização intelectual e física dos documentos pertencentes ao acervo da Mapoteca do Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão, em Arroio do Ratos (RS). Ou seja, como proceder o arquivamento de uma documentação diversa, com características de documentos especiais e arquivo especializado. E com proveniência muitas vezes incerta ou, pelo menos, incerta quanto ao produtor documental exato. Além disso, compreendendo um período de quase 100 anos da mineração na Região Carbonífera do Rio Grande do Sul. O acervo em questão é composto – além de temas topográficos e arquitetônicos mais comuns como representações da superfície terrestre, projetos urbanísticos e de loteamento de terrenos, plantas baixas e de situação – de produção documental gráfica e técnica muito específica e própria da mineração como sondagens do subsolo, planos de lavra e mineração; plantas de desmonte de poços e suas rotas, plantas de maquinários, além de outros assuntos próprios dos processos técnicos que garantem a extração do carvão.

Para proceder a organização dessa documentação histórica, será analisada a forma de arquivamento empregada pelo Consórcio Administrador de Empresas da Mineração (CADEM) – talvez o maior e principal agente produtor e acumulador de documentos referentes às primeiras cinco ou seis décadas da atividade extrativista de carvão mineral na região da bacia carbonífera, no século passado. Para isso, serão utilizados dois documentos¹ encontrados no acervo e que explicam essa forma. O primeiro (anexo A) é uma Carta de quinze de junho de 1950. Enviada do Rio de Janeiro, da matriz das empresas que mineravam na região carbonífera gaúcha, a carta tem como assunto o arquivo de plantas. Nela consta, com a intenção de facilitar o arquivamento, uma “sugestão²” de adoção do uso codificado de números e letras para designar: a origem (Jeromina ou Butiá³); o setor (local específico como mina, porto, silo etc.) ao qual o documento se referia; e a gaveta do arquivo onde o documento deveria ser

¹ - Um anexado ao outro.

² - Provavelmente o uso na carta do verbo sugerir seja com a intenção de tornar mais gentil e aceitável o uso da nova convenção a ser adotada.

³ - A explicação detalhada da abrangência territorial que significam cada um desses dois termos será dada no capítulo 3, onde será feita a análise.

guardado. Esse local de guarda correspondia ao assunto abordado no documento cartográfico e era definido pela categorização explicitada no segundo documento - um documento de classificação denominado "Chave do Arquivo de Plantas e Documentos". Esse segundo documento (anexo B) subdivide e categoriza os assuntos e as informações contidas nos documentos de acordo com as necessidades administrativas e informacionais relativas a mineração.

A intenção da análise das informações colhidas nesses dois documentos é utilizar a noção de arquivamento adotada pelo Consórcio como informação elementar para o restabelecimento da visão orgânica da documentação. E para servir como parâmetro balizador para a forma de arquivamento que será proposta, ao fim do trabalho, para a documentação da mapoteca. Para que isso seja possível, a carta será analisada com o intuito de vislumbrar indícios da forma de gestão administrativa da qual os documentos cartográficos derivavam. E o documento "Chave", que categorizava os assuntos que os mapas e plantas refletiam, será analisado com a intenção de buscar elementos para se poder dizer: que tipo de informação a forma de arquivamento do CADEM visava tornar acessível? E quais eram as especificidades, relativas aos processos que permitiam a mineração, que eram consideradas importantes pelos produtores desse tipo de documentação e pelos tomadores de decisões (que se subsidiavam nas informações neles contidas). Portanto, deve ser considerado o objetivo deste trabalho: descobrir se o modo aparentemente empírico de arquivamento estabelecido na época pelos produtores dessa documentação pode ser considerado uma forma aplicável, aos mesmos documentos quando tratados segundo os preceitos dos princípios e teorias da arquivologia.

Desse modo, para que esse trabalho alcance seu objetivo, será necessário recorreremos à literatura arquivística buscando abordagens que permitam a compreensão do objeto de estudo. Dessa forma, o respeito aos princípios básicos da arquivologia, como o Princípio da Ordem Original⁴ e o da Proveniência⁵, serão o farol norteador do trabalho. Há também a necessidade da busca de técnicas e conceitos que sejam aplicáveis ao acervo. Em termos de

⁴ - "Princípio segundo o qual o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu". (Arquivo Nacional, 2005, p. 137).

⁵ - Princípio segundo o qual "o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado princípio do respeito aos fundos". (Arquivo Nacional, 2005, p. 136).

objetivos específicos: em primeiro lugar, a contextualização do acervo se faz necessária; em segundo, os documentos aqui compreendidos serão caracterizados quanto ao gênero e tipologias; a busca e a análise da forma de arquivamento utilizada serão o terceiro ponto abordado; por último, se dará uma proposta de arquivamento para o acervo dessa mapoteca – que englobe o conhecimento arquivístico adquirido com o estudo do tema e as informações colhidas na análise da forma de arquivamento empregada pelo Consórcio. A metodologia utilizada para que os objetivos específicos sejam alcançados prevê ampla investigação e análise dos documentos, prevê também a contextualização arquivística do acervo quanto aos seus contextos histórico e documental, além da contextualização de nossa intervenção arquivística na documentação. Tipologias da arquivologia serão utilizadas para identificar os tipos documentais encontrados e esses serão relacionados com a literatura da área. Formas de arquivamento para os documentos que compõe a Mapoteca serão analisados sob olhar arquivístico, verificando-se sua aplicabilidade. E o método utilizado para se propor uma forma de arquivamento levará em conta a compatibilização da forma existente (método do CADEM) com as recomendações e princípios básicos da arquivologia.

Para designar os documentos do acervo da Mapoteca do Carvão será utilizada formalmente a expressão documentos cartográficos. A expressão Plantas e Desenhos - que era a forma como o CADEM utilizava para mencionar essa documentação em suas correspondências⁶ - será utilizada apenas no contexto de menção a forma CADEM de tratar o assunto. Em parte, utilizaremos a designação Documentação Cartográfica no sentido exposto por Cêurio de Oliveira no Dicionário Cartográfico do IBGE, onde documentação cartográfica refere-se a:

Toda espécie de documentos (cartas, mapas, levantamentos, estudos, dados demográficos, rodoviários, ferroviários, etc.) necessários ao preparo e elaboração de mapas. Geralmente se apresenta sob a forma de overlays, mapas com anotações, desenhos, fotografias ou croquis topográficos. (Oliveira, 1987, p.164).

Mas principalmente no sentido exposto pelo Dicionário Brasileiro de

⁶ - O motivo da utilização das expressões 'Plantas e Desenhos' pelo CADEM, provavelmente, se deve ao fato de que a expressão 'Mapa' era utilizada pela empresa para se referir às listas, quadros e relações, geralmente referentes ao controle de materiais, produção e outros assuntos que devessem ser listados.

Terminologia Arquivística, onde é considerada como um “Gênero documental integrado por documentos que contêm representações gráficas da superfície terrestre ou de corpos celestes e desenhos técnicos, como mapas, plantas, perfis e fotografias aéreas”. (Arquivo Nacional, 2005, p. 74). A escolha dessa definição leva em consideração sua abrangência ao englobar, além da espécie documental mapas, também as espécies plantas e perfis. O tema será melhor debatido ao abordarmos a questão das tipologias. Por hora, é importante perceber que as espécies documentais do acervo são melhor delimitadas ao utilizarmos a terminologia documentos cartográficos, pois assim inclui-se de forma mais clara os desenhos técnicos, como as plantas arquitetônicas e de maquinário, além das representações gráficas de cunho topográfico.

A relevância do presente estudo é determinada por diversos fatores. Dentre eles, a especificidade do tema o torna singular, pois, além de discutir questões relativas a classificação arquivística de arquivos permanentes, trata-se de uma documentação inédita, composta por registros únicos, de caráter diferenciado e tipologicamente singular. Além desses fatores, o fato de podermos, através desse estudo, conhecer detalhes de uma forma de arquivamento empregada, a partir do ano 1950⁷, para arquivar e acessar documentos cartográficos, de caráter especial (que utiliza linguagem muito mais gráfica que textual para comunicar e em suporte com formato e dimensões fora dos padrões normais), é algo que pode ser considerado um privilégio. Assim, visamos com este trabalho colher e difundir informações de possível interesse para diversas áreas do conhecimento, como arquitetura, geologia, geografia, urbanismo, história, arquivologia etc. Outro fator que colabora para sua relevância é que, devido à escassez de bibliografia sobre o tema, esse trabalho poderá servir de apoio para a realização de trabalhos futuros que envolvam questões semelhantes.

⁷ - Dentre os documentos cartográficos encontrados no acervo que foram analisados e possuem a codificação utilizada pelo CADEM, estabeleceu-se um corte cronológico que compreende o período que vai do ano 1950 até 1963 para a utilização do sistema de arquivamento composto por letras e números. Entretanto a documentação restante, que não possui a codificação, compreende um período muito maior, que vai (segundo o levantamento feito a partir dos exemplares datados) de 1921 até 1968, aproximadamente. Essas informações não podem ser consideradas exatas, já que nem todos os documentos cartográficos do acervo foram trabalhados e analisados, mas aproximadamente um número próximo a metade deles; numa amostragem que compreende 442 documentos.

2 CONTEXTUALIZAÇÕES E CONCEITOS ARQUIVÍSTICOS INDISPENSÁVEIS

Nas páginas seguintes, buscaremos tratar o tema do presente trabalho de conclusão de curso através de uma abordagem arquivística. Para isso, contextualizaremos o assunto quanto ao projeto em que estava inserido, quanto a trajetória do acervo documental em questão, bom como o histórico da mineração na região. Também será feita uma busca de fundamentação teórica na literatura arquivística, visando levantar subsídios para abordarmos o tema de forma a respeitar os conceitos e princípios arquivísticos indispensáveis.

2.1 Projeto Mapoteca do Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão

O tema de estudo dessa monografia surgiu da necessidade de organizar os documentos cartográficos, relativos predominantemente a plantas, mapas, projetos e desenhos técnicos, que são parte do acervo documental histórico da mineração de carvão no Rio Grande do Sul. A atividade de organização de uma mapoteca para esse acervo está inserida como parte do Projeto Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão, realizado pela ONG Arquivistas Sem Fronteiras do Brasil na cidade de Arroio dos Ratos (RS), onde se encontra o Museu e a documentação. O objetivo do projeto é a organização arquivística do acervo documental e a posterior disponibilização para o público pesquisador interessado no tema.

No período, de janeiro de 2015 a setembro do mesmo ano trabalhei para a ONG no referido projeto com as incumbências de ajudar na realização do estudo de contexto da documentação, na pré-classificação, definição de fundos, no arranjo e com a incumbência direta de trabalhar e pensar uma possível organização para os documentos especiais do acervo – aqueles que possuíam elementos não-textuais, se destacavam pelo seu caráter informativo e, na maioria dos casos, tinham o formato como diferencial. Essa última tarefa acarretou o presente trabalho de conclusão de curso, como forma de solidificar o conhecimento adquirido na academia e na prática arquivística.

2.2 O Acervo Documental e sua trajetória

Após o término das atividades de extração, em meados da década de 60, a documentação sobre a mineração de carvão no Rio Grande do Sul foi abandonada. Posteriormente, parte dela foi salva, recolhida e armazenada - por força das circunstâncias, sem o tratamento devido - num engenho na cidade de Butiá, graças a ação de Gertrudes Novak Hoff, sócia da Associação Cultural Butiaense. Após, um grupo de pessoas da região, junto com estudantes universitários, através do Projeto Uma Luz no Fim do Túnel, agiram em prol da preservação dessa documentação (SENA, 2014). Documentação que é repleta de significância para a memória e a história da região, para as pessoas envolvidas com o passado da extração do carvão, na construção da identidade dessas pessoas e para os pesquisadores em geral interessados nos diversos temas que perpassam a cultura carvoeira.

É importante perceber, levando em conta o lado arquivístico da documentação, que para o Projeto Uma Luz no Fim do Túnel, os primeiros a fornecer tratamento de higienização e salvaguarda para esses documentos, o acervo em questão seria do CADEM.

No ano de 1996, a Associação Cultural Butiaense (Acub) – Butiá/RS – foi comunicada sobre um ato contrário à preservação da memória e do patrimônio histórico da região carbonífera gaúcha: a ameaça de incineração de dez toneladas de uma massa documental (...). Tratava-se do acervo Cadem (Consórcio Administrador de Empresas de Mineração). Esse consórcio controlou a exploração do carvão mineral de 1936 até 1964, dando origem à Copelmi, atualmente Copelmi Mineração Ltda., empresa que até hoje atua nas atividades de mineração de carvão no Rio Grande do Sul. O acervo Cadem esteve por 12 anos sob a guarda da Acub, abrigado num ambiente impróprio para sua preservação. Em 2008 iniciou-se o processo de formação de um grupo de voluntários interessados em salvaguardar adequadamente a documentação ameaçada de destruição. (Witkowski, Ribeiro e Freitas, 2014, p. 76).

A ideia de que o acervo documental da região mineradora do Baixo Jacuí, Arroio dos Ratos, Butiá e Minas do Leão é, de certa forma, proveniente do CADEM corrobora com os estudos e pesquisas feitas pela ASF Brasil (Arquivistas Sem Fronteiras) ao longo dos processos de estudo de contexto histórico, identificação das tipologias e pré-estruturação dos fundos. No decorrer desses processos, e quanto mais caixas eram abertas, mais a equipe percebia

a importância do CADEM como principal agente do período da mineração na região.

Nas páginas seguintes aprofundaremos o tema da proveniência da documentação. Por enquanto, é importante perceber que o CADEM, em algum momento, muito provavelmente, absorveu ou centralizou a documentação de outras duas Sociedades Anônimas responsáveis pela sua formação; as Companhias Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ) e Carbonífera Rio Grandense (CCR – companhia que em 1941 é incorporada à Companhia Carbonífera Minas de Butiá). Isso acontece, da mesma forma, provavelmente, com a Copelmi, empresa posterior (1964), que armazenou e utilizou a documentação proveniente do CADEM. Portanto acreditamos na importância desse consórcio para a constituição do acervo, seja pela absorção da documentação produzida pelas empresas que o antecederam, seja pelo volume de documentos preservados que foram produzidos ou acumulados por ele durante seu período de atuação.

2.3 Histórico da mineração e importância do CADEM como produtor e acumulador de documentos

A mineração na região da Bacia Carbonífera do Rio Grande do Sul tem seu início, em 1872, com a autorização dada pelo Governo imperial para o estabelecimento e a atuação da Companhia Inglesa The Imperial Brazilian Collieries C. Limited, uma empresa essencialmente estrangeira. Apesar de não ter vingado, essa Companhia iniciou a construção da estrada de ferro que levava a produção das minas até a cidade de São Jerônimo. (SILVA, 2007). Ao longo dos anos, outras companhias se formam e passam a explorar o subsolo da região, bem como a exercer o serviço de transporte férreo e marítimo para o escoamento da produção. Dentre essas empresas e companhias, as mais relevantes para a região e o setor foram as seguintes: Companhia de Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos (CMCPAR – 1883), Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ – 1889-1964), Companhia Minas de Carvão do Jacuhy (CMCJ – 1916-1941), Companhia Carbonífera Rio Grandense (CCR – 1917), Consórcio Administrador de Empresas da Mineração (CADEM – 1936), Companhia Carbonífera Minas de Butiá (CCMB – 1941;

incorpora a CCR) e COPELMI (1964). Cabe ressaltar, que muitas dessas empresas foram sucedendo-se umas a partir das outras, através de fusões, aquisições ou trocas na razão social. Isso fica claro, quando analisamos os nomes dos diretores dessas empresas ou a procedência do capital que as financiavam, que, em geral, vinham do Rio de Janeiro e de nomes como Buarque Macedo e Roberto Cardoso do Grupo Martineli. Uma passagem do Trabalho de Conclusão de Curso da Arquivista Jéssica Cardoso nos ajuda a entender um pouco melhor essa história e o papel do CADEM na região.

No ano de 1917, o Dr. Buarque Macedo assume a diretoria da Companhia [Cia. Hulha Riograndense], sendo renomeada de Companhia Carbonífera Riograndense que a partir desse momento passa a contar com investimentos conseguidos por meio do empenho de Macedo na busca de recursos. Com a enchente de 1936, os operários que trabalhavam na CEFMSJ tiveram que ser realocados em postos de trabalho na CCR, aumentando de forma considerável a produção do carvão. Em 1941, a CCR foi incorporada a Companhia Carbonífera Minas de Butiá (CCMB) que manteve suas atividades até o ano de 1964 com a fusão de todas as Companhias à atual mineradora [COPELMI]. [Mas antes,] Em 1936 por meio do investimento da CEFMSJ e CCMB é formado o Consórcio Administrativo de Empresas de Mineração (CADEM), que ficou sob direção de Roberto Cardoso, um dos sócios do grupo Martineli. O CADEM foi criado com o objetivo de fornecer estrutura básica para as famílias de imigrantes e trabalhadores que se instalavam na região em busca de emprego nas minas, assim como ocupar-se das atividades-meio das Companhias que estavam focadas no suprimento de carvão, escasso no mercado devido ao período de guerra. A construção de igrejas, escolas, hospitais, demais clubes e atividades sociais eram financiadas pelo Consórcio Administrativo de Empresas, a navegação também era controlada pelo CADEM que ficou conhecido como o “pai” de todas as mineradoras. (CARDOSO, 2014, p. 15)

Formado em 1936 pelo investimento de duas companhias (CCR e CEFMSJ), para ser um orientador de administração e evitar concorrência entre elas, o CADEM destaca-se no cenário da época como um grande gargalo centralizador por onde passavam todos os negócios, importações, questões técnicas e as tomadas de decisões estratégicas das principais empresas que mineravam o carvão da bacia carbonífera do Rio Grande do Sul. Além disso, tinha como função cuidar e prover a estrutura operária e de material para o bom andamento da produção/extração.

Segundo informações obtidas a partir de pesquisas feitas no Diário Oficial da União, o estabelecimento desse Consórcio objetivava a formação de uma sociedade civil, sem lucro comercial, mas que assessorasse técnica, comercial

e industrialmente as duas companhias que assim poderiam focar seus esforços apenas na atividade-fim. Dessa forma, é importante ressaltar que o CADEM, além de cuidar da estrutura operária que servia de mão de obra – e que vivia no sistema de Cidades Fábricas, tão comum na época –, cuidava também da produção dos documentos gráficos, como parte da sua obrigação de prover suporte técnico e industrial. Isso pode ser verificado através das titulações encontradas nos quadros de um grande número de plantas e mapas que compõem o acervo. Segue um exemplo:

Figura 1 – Quadro de identificação de uma planta com seu produtor, assunto e demais informações.

CADEM - MINAS DE BUTIÁ

ASSUNTO

Transportador para Alimentação de Galdeiras.-

ESCALA 1:50

ENGT CHEFE

Sylvio Pelli

DESENHISTA

ENGT RESPONSÁVEL

DATA

PLANTA Nº B-2-b-F

Fonte: Acervo do Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão.

Entendemos assim que, em sua maioria, os documentos cartográficos - relativos a produção, transporte, pesquisa e estrutura operária - que compõem o acervo da mineração no Rio Grande do Sul são provenientes do CADEM, ou de uma das empresas que o formaram (em período anterior à 1936), o que pode-se considerar como uma proveniência direta também. Entretanto, existem alguns documentos que fogem a essa “regra”, como são os casos dos seguintes documentos:

Nº 113 – Perfil Longitudinal da estrada de ferro do Porto Pereira Cabral a Porto Coronel Carvalho – planta da Estrada de Ferro do Jacuhy (1921).

Nº 139 – Mapa da Região Carbonífera do Município de São Jerônimo para a Companhia Hulha Rio-Grandense – planta da Companhia Hulha Rio-Grandense (sem data, mas anterior a 1917 quando essa empresa é renomeada como Companhia Carbonífera Riograndense - CCR).

Nº 166 – Estrada de Ferro Jacuhy - Perfil Longitudinal de Charqueadas às Minas do Leão – Planta da Cia. Minas de Carvão do Jacuhy (CMCJ) (14/02/1920).

Nº 188 – Perfil da Sondagem nº 178 / Lugar: Poço R1. Planta da Cia. Minas Recreio (CMR) - Butiá (02/46).

A existência desses documentos dentro do acervo demonstra que, de alguma forma, o CADEM exerceu papel centralizador quanto ao uso de informações técnicas relevantes produzidas no período da mineração. Já que fica a questão: qual motivo para as plantas produzidas por outras empresas estarem sendo encontradas no acervo que se acredita ser do CADEM? Como e por que elas foram parar ali? Conhecer o perfil longitudinal das estradas de ferros da região, o perfil de determinadas camadas do subsolo (sondagens), ou a topografia da região carbonífera, seriam essas informações – provenientes de outros produtores documentais – importantes para a continuidade da atividade de extração durante o período de existência do CADEM? Estariam, de algum modo, essas empresas todas conectadas a um pequeno grupo de investidores, diretores e engenheiros, que ao longo do tempo dividiram a primazia na extração das riquezas minerais da região? Ou, representaria o CADEM um grande funil no qual acabou desembocando todas as frentes que extraíam a riqueza mineral da região; e seus repositórios informacionais? Acreditamos que a resposta para essas perguntas é positiva.

No capítulo terceiro, voltaremos ao tema tentando analisar a forma de arquivamento empregada pelo consórcio para gerir seu 'arquivo de plantas e desenhos' – expressão utilizada pelo próprio CADEM – e assim tentaremos também compreender melhor quais eram as funções e atividades que a produção de sua documentação cartográfica visava subsidiar dentro das

incumbências do Consórcio em questão. Mas antes, no próximo capítulo, procuraremos na literatura arquivística subsídios para embasar nossas abordagens.

2.4 Fundamentação teórica para a abordagem do tema

Serão abordados nas páginas seguintes questões referentes às definições dos Princípios da Proveniência e de Ordem Original, suas aplicações e implicações no contexto do tema de estudo. Além de outros conceitos da arquivologia cujos enfoques sejam os arquivos permanentes e o tratamento documental. Também traremos definições para arquivo e responderemos à pergunta: o lugar das plantas e mapas é o arquivo? Por último, tipologias arquivísticas serão utilizadas para conceituar os tipos documentais encontrados.

2.4.1 Princípio de Proveniência, Fundo de Arquivo e Ordem Original

O princípio da proveniência é um princípio básico e fundamental da arquivologia que sustenta que os arquivos devem ser mantidos agrupados levando em consideração o seu produtor. Pois “o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras” (Arquivo Nacional, 2005, p.136). Notemos que a questão do produtor é muito importante na conceptualização do princípio e também está presente na definição da Bellotto. Segundo a autora, a proveniência:

Fixa a identidade do documento relativamente ao seu produtor. Por esse princípio, os arquivos devem ser organizados obedecendo à competência e às atividades da instituição ou pessoa legitimamente responsável por sua produção, acumulação ou guarda de documentos. Arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter a individualidade, dentro de seu contexto orgânico de produção, não devendo ser mesclados, no arquivo, a outros de origem distinta. (BELLOTTO, 2006, p. 88)

Desse modo, a origem e o produtor dos documentos cartográficos encontrados no acervo da mineração, são questões a serem ponderadas se quisermos manter ou recriar o contexto orgânico de produção.

Schellenberg (1980, p. 108) corrobora as definições anteriores ao dizer que “o princípio serve para proteger a integridade dos documentos no sentido de que se refletem, no arranjo destes, as suas origens e os processos por que se criaram”. Esses dois fatores, origens e processos referentes a sua criação, são refletidos no arranjo a partir da aplicação dos dois graus do princípio. No primeiro grau, essencial para a constituição do fundo de arquivo pois permite o valor de testemunho dos documentos, como explica os autores Rousseau e Couture:

O princípio da proveniência leva-nos a considerar o fundo de arquivo como entidade distinta. Assim, é aplicado ao primeiro grau o princípio da proveniência quando se deixam juntos ou quando se agrupam, se tiverem sido dispersos, todos os documentos criados ou recebidos por determinada personagem, ou organismo, no exercício das suas respectivas atividades. (ROUSSEAU e COUTURE, 1998, p. 83)

Já o segundo grau do princípio, para os mesmos autores, trata da ordem interna do fundo e “exige que todos os documentos de um fundo de arquivo ocupem um determinado lugar que tem de ser respeitado ou restabelecido, caso a ordem primitiva ou a ordem original tenha sido modificada por qualquer razão”. (1998, p. 83). E segundo eles, caso um fundo de arquivo não esteja organizado e ordenado de acordo com a administração produtora, “o arquivista deve escolher entre a reconstituição da ordem primitiva ou uma organização que responda a outros imperativos, como os da investigação” (1998, p. 84). Entretanto, o “caráter indispensável do segundo grau do princípio da proveniência” (1998, p. 84) para se ter um “valor de testemunho completo” não é condição para a existência de um fundo de arquivo (ROUSSEAU e COUTURE, 1998).

Mas o caso da mapoteca abordada nesta monografia se apresenta, em parte, como o segundo caso, onde a investigação é necessária, já que a ordem original está perdida pelo descaso e abandono ao qual a documentação foi submetida. E também porque muitos documentos cartográficos não possuem indicação qualquer que permita o restabelecimento do local exato na ordem primitiva. Entretanto, os documentos que possuem código de arquivamento do

CADEM podem ter sua ordem interna restabelecida, de forma mais próxima, graças ao sentido lógico de sua codificação⁸. Pois ela indica, além da proveniência (produtor e setor), o local na ordem original através do cruzamento das informações datação do documento e número ordinal (sequência numérica que cresce praticamente de forma cronológica a medida que os documentos eram produzidos).

A autora Antonia Herédia Herrera (2003) também aborda a questão do princípio da proveniência, entretanto ela o chama com o termo espanhol Princípio de Procedência. Segundo ela, numa definição que vai ao encontro das anteriores, esse princípio determina a organicidade dos fundos e dos arquivos, além de condicionar a agrupação natural dos documentos, determinando também sua descrição:

Os princípios referidos condicionam não só a organização de cada fundo, em sua bifurcação, classificação e ordenação, como determinam sua descrição. Isto é reconhecer que cada documento tem uma estreita relação com sua origem de produção, que o situa no lugar preciso na estrutura do fundo e permite, a partir dessa vinculação, sua identificação para descrição. (Herédia Herrera, 2003, p.6)

Pois a noção de proveniência (origem dos documentos) está ligada à noção de acumulação (produção ou recebimento) e, além disso, como salienta Bellotto:

O documento de arquivo só tem sentido se relacionado ao meio que o produziu. Seu conjunto tem de retratar a infra-estrutura e as funções do órgão gerador. Reflete, em outras palavras, suas atividades-meio e suas atividades-fim. Esta é a base da teoria dos fundos. Ela é que preside a organização dos arquivos permanentes. (BELLOTTO, 2006, p. 28)

Ao definir a base da teoria dos fundos, a autora nos dá indícios importantes sobre o que devemos buscar ao propor uma organização de um arquivo permanente. Em suma, a classificação deve evidenciar que um documento representa “instrumento que possibilitará a consecução de uma atividade dentro de uma função” exercida por determinado órgão produtor “no contexto administrativo no qual atua, ou que provará o cumprimento dessa

⁸ Que será explicada de forma mais detalhada no capítulo 3, onde abordaremos a forma de arquivamento do CADEM e conseqüentemente a função da numeração ordinal empregada aos documentos.

atividade”. (BELLOTTO, 2006, p. 28). Assim, a importância do conhecimento das atividades e funções do produtor documental objeto de estudo é fator determinante para a consecução do objetivo de constituição de um fundo que respeite o princípio da proveniência. Consequentemente, conhecer as atividades e funções do Consórcio (CADEM) e das empresas mineradoras que operaram na região é fator indispensável para não misturarmos documentos de proveniência diversa, ou para evitarmos que a agrupação natural dos documentos não se reflita na forma de arquivamento a ser proposta.

2.4.2 Sobre arranjar e ordenar

A operação ou atividade arquivística denominada arranjo, que para Bellotto (2006, p. 29) “nada mais é do que a classificação no âmbito dos arquivos permanentes”, é, para o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, uma “sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido”. (2005, p. 37). Mas a distinção entre organização física e intelectual pode ser melhor compreendida e delimitada. Dessa forma, teremos, por um lado, a classificação como sendo o trabalho intelectual que visa explicitar as ligações entre os documentos, salientando as funções e as atividade do organismo produtor desse arquivo, pois, como bem salienta Renato Tarciso Barbosa de Souza:

Nenhum funcionário, em sã consciência, elabora documento por um desejo pessoal e obscuro. Ele só faz isso como resultado de uma tarefa (...). As tarefas, geralmente, são distribuídas a partir das atividades (...). As atividades são vinculadas às funções (...). A função indica ‘o que’ é feito, sem detalhar ‘como’ é feito é vinculada à missão. (...). Podemos entender essa cadeia como a gênese documental. Dessa forma, ao final dela surgem os documentos por razões funcionais, administrativas e legais. (SOUSA, 2003: p. 268 e 269).

E, por outro lado, temos a Ordenação como operação mecânica na qual são aplicados métodos de arquivamento (agrupar os documentos usando ordenação alfabética, numérica, etc) que buscam dar sequência lógica aos documentos agrupados, respeitando os níveis que o arranjo delimita e derivando

do segundo grau do princípio de proveniência – o que diz respeito à ordem interna do fundo.

Assim, fica claro que para procedermos uma classificação física ou intelectual, o ideal seria que o Quadro de Arranjo, ou a forma de classificação adotada, explicitasse o processo evolutivo das organizações e empresas, bem como sua estrutura organizacional, administrativa e sua cadeia de atividades e funções. Cadeia essa que ao se inter-relacionar, como entende Sousa (2003), pode ser entendida como a gênese documental. Portanto, usando as palavras desse mesmo autor, em se tratando de Ordem Original, “entendemos que a gênese documental é um caminho seguro para a garantia dessa ordem e para orientar a intervenção dos arquivistas”. (2003, p. 268). Intervenção que consiste basicamente em “identificar essa cadeia e organizar os documentos a partir dela”. (2003, p. 269). Pois, como explica Schellenberg (2006, p. 262), corroborando com o assunto, “a real atividade de organização de arquivos” “tem, em primeiro lugar, um caráter restaurador e, apenas em segundo plano, deve considerar os interesses da pesquisa histórica. Dessa forma, demonstra-se a importância do conhecimento do modo classificatório empregado na época de criações dos documentos. Ainda mais, tendo em vista a ausência de um quadro de arranjo definido

2.4.3 Arquivo Permanente, sua relação com documentos cartográficos e o valor informacional

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, arquivo é o “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”. (Arquivo Nacional, 2005, p. 27). Além disso, a obra do Arquivo Nacional, que tenta delimitar os conceitos dos diversos termos arquivísticos, conceitua também o termo Arquivo Permanente, que é definido como conjuntos documentais que devem ser preservados permanentemente em função do seu valor histórico. (Arquivo Nacional, 2005). Para Schellenberg, os arquivos de custódia permanente são formados por “documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido

considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa". (Schellenberg, 2006, p. 41).

A partir do momento em que os documentos adquirem valor histórico ou testemunhal, eles ganham guarda do arquivo permanente, onde serão tratados, arranjados e ordenados de forma a evidenciar os laços existentes entre as razões de sua criação e as atividades das instituições produtoras. Assim acontece porque, o arquivo, como explica a Associação dos Arquivistas Holandeses, é:

um todo orgânico, um organismo vivo, que cresce, se forma e sofre transformações segundo regras fixas. Se se modificam as funções da entidade, modifica-se, concomitantemente, a natureza do arquivo. O arquivista, pois, não pode estabelecer a priori as normas relativas à composição, arranjo e formação do arquivo, mas somente estudar o organismo e fixar as regras consoante as quais foi este criado. Cada arquivo possui, por assim dizer, personalidade própria, individualidade peculiar, com a qual é mister se familiarize o arquivista antes de proceder à sua ordenação. (Associação dos arquivistas Holandeses, 1973, p. 18).

Além dos conceitos de valor histórico ou testemunhal dos documentos de guarda permanente, é preciso, principalmente em se tratando de um acervo composto basicamente de uma coleção de documentos gráficos, considerar também o conceito de valor informacional dos documentos. Ficamos, para isso, com a defesa de Lopes do valor informacional dos documentos:

A arquivística tradicional postulou a existência dos valores administrativos, jurídicos e históricos ou testemunhais dos documentos. Chamou a atenção para a existência dos valores primários (administrativos e jurídicos) e dos secundários, de natureza testemunhal. Raramente encontra-se algo que esteja além destes valores, que determinariam os prazos de guarda e a aplicação da teoria das três idades. Pouco se tem para objetar contra a definição destes valores. Acredito, todavia, que podem ser desdobrados e acrescidos. Parte-se da ideia de que a noção de valor é, também, uma noção informacional, atribuída às informações registradas. Trata-se, portanto, de uma pós-informação, desenhada pela relação da informação original com o conhecimento da organização, do estado e da sociedade. (LOPES, 2009: p. 352)

Sendo a noção de valor dependente da noção informacional atribuída às informações registradas, a noção informacional por sua vez está estritamente ligada ao estudo e ao conhecimento da organização produtora de documentos,

pois esse conhecimento é o que poderá evidenciar os laços existentes entre as razões da criação da documentação e as atividades da entidade produtora.

2.4.4 Arquivo é o lugar para mapas e plantas?

Este estudo pode ajudar com argumentos para a resposta à pergunta: por que os mapas devem ser considerados documentos de arquivo? Cervantes nos auxilia jogando luz ao tema, explicando que:

O mapa, como produto direto, pode transformar-se em documento de arquivo quando serve como parte integrante de uma atividade institucional; é o que ocorre no Estado Maior de um exército, com mapas sobre os quais se desenhavam as operações defensivas e ofensivas (...). Também pertencem à arquivística todos os projetos, planos e desenhos parciais, que serviram à entidade produtora para a preparação dos mapas. (1961⁹, p. 29 *apud* CERVANTES, 2008, p. 66 e 67, tradução nossa).

Concordamos com a explicação exposta acima e acrescentamos o pensamento do autor americano Schellenberg (2006) que também é um dos que defendem o argumento de que documentos arquivísticos não são apenas os convencionais documentos textuais e em formato papel, mas também acrescenta outras espécies como os mapas e plantas. Dessa forma, sua definição para documentos (records) é a seguinte:

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos. (SCHELLENBERG, 2006, p. 41).

Além disso, é importante lembrar que a gênese documental é um dos elementos que identificam o documento de arquivo. Portanto, para saber se um documento pertence a um arquivo é preciso analisar a sua origem. Pois, se for

⁹ - TANODI, A. **Manual de archivologia hispanoamericana. Teorías y principios**. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 1961.

o caso, se saberá, assim como explica Cervantes (2008, p. 41), que ele “resulta de uma gestão administrativa” e “está vinculado a sua procedência e por tanto ao seu contexto de criação”. Ou seja, encontra-se vinculado ao seu produtor. Dessa forma, sim, o arquivo é o local, diríamos, ideal para que os documentos cartográficos sejam preservados e disponibilizados; de modo a refletir, depois de arranjados, sua qualidade de resultado de uma gestão administrativa. Por isso, o trabalho realizado visando o arquivamento na mapoteca do Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão está dentro de preceitos que visam a melhor política de preservação, a partir do restabelecimento da visão orgânica do acervo.

2.4.5 Gêneros documentais e a definição do termo Documento Cartográfico como ideal

No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, o termo gênero documental está definido como:

Reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e o formato, e que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso, como documentos audiovisuais, documentos bibliográficos, documentos cartográficos, documentos eletrônicos, documentos filmográficos, documentos iconográficos, documentos microográficos, documentos textuais. (Arquivo Nacional, 2005, p. 99).

Dentre os gêneros que estão no escopo da análise do nosso trabalho, dois precisam ser melhor definidos. Trazemos a definição presente no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p. 74) para documento cartográfico: “gênero documental integrado por documentos que contêm representações gráficas da superfície terrestre ou de corpos celestes e desenhos técnicos, como mapas, plantas, perfis e fotografias aéreas”. Já para documento iconográfico a definição é (Arquivo Nacional, 2005, p. 74) “gênero documental integrado por documentos que contêm imagens fixas, impressas, desenhadas ou fotografadas, como fotografias e gravuras”.

Porém, Cervantes (2008, p. 48) fala em quatro classes documentais: “textual, iconográfico, sonoro e audiovisual”. E expressa que os iconográficos:

Fundamentalmente se valem de uma linguagem visual baseada em imagens, formas, linhas, cores e signos não textuais para transmitir a mensagem. Estes traços permitem incluir nesta categoria os documentos de natureza fotográfica e cartográfica, assim como as plantas e os desenhos. (CERVANTES, 2008, p. 48, tradução nossa).

Como pode-se perceber, para o autor mexicano os documentos cartográficos são antes iconográficos, sendo o primeiro uma categoria do segundo. Porém para a padronização do termo empregado no presente trabalho, optou-se pela expressão documentos cartográficos para designar os documentos que compõem o acervo estudado, expressão carregada com o sentido semântico expresso pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Pois entendemos que assim é possível englobar de forma mais abrangente as tipologias encontradas no acervo, mapas e plantas, espécies que se encaixam de forma satisfatória nas definições (2005, p. 74) “representações gráficas da superfície terrestre” e “desenhos técnicos”.

2.4.6 Documento especial e sua diferenciação dos especializados

Para o Arquivo Nacional, através de seu dicionário, documento especial (Arquivo Nacional, 2005, p. 75) é “documento em linguagem não-textual, em suporte não convencional, ou, no caso de papel, em formato e dimensões excepcionais, que exige procedimentos específicos para seu processamento técnico, guarda e preservação, e cujo acesso depende, na maioria das vezes, de intermediação tecnológica”. A visão de Cervantes, que estudou essa classe documental no contexto da arquivologia, é bem parecida, porém ele nos dá indicativos dos tipos possíveis de documentos especiais. Para ele, esses

São aqueles que apresentam uma ou ambas das seguintes características: a) a linguagem que empregam para transmitir a informação é distinta da textual, podendo ser iconográfica, sonora ou audiovisual; b) o suporte em que se apresentam é distinto do papel. Ou também sendo desse material, seu formato é diferente dos que usualmente se encontram nos arquivos, exigindo condições particulares para seu armazenamento. (CERVANTES, 2008, p. 56, tradução nossa).

Basicamente, ambos enfatizam particularidades como a não convencionalidade do suporte e da linguagem como características que definem

o caráter especial desses documentos, fixando sua identidade como diferente da dos documentos tradicionais de forma muito clara. Porém é preciso atentar para a diferença existente entre arquivos especiais e especializados, já que a confusão entre os dois é muito comum. Basicamente, segundo Cervantes, a diferença encontra-se no fato de que os especializados

requerem certo domínio para o seu tratamento, de conhecimento não precisamente arquivístico, se não do conteúdo temático dos documentos, assim como do processo administrativo em que se geram e administram. Geralmente, esses arquivos estão vinculados a documentação produzida pelas áreas substantivas da entidade produtora, salvo algumas exceções. (CERVANTES, 2008, p. 56 e 57, tradução nossa).

Para exemplificar, o autor mexicano dá o exemplo dos arquivos clínicos que não compreendem a documentação de todo um hospital, mas sim apenas os registros clínicos dos pacientes. A especificidade, por tanto, “não reside de maneira direta em todos os documentos, se não na forma em que ocorre a gestão administrativa da qual derivam, bem como na necessidade de dominar a área de conhecimento que os documentos refletem”. (2008, p. 57, tradução nossa).

2.4.7 Mapoteca: mais do que um móvel para acondicionamento

Os documentos especiais, pela sua característica de serem registrados em formato e dimensões fora do padrão comum de documentos, necessitam de mobiliário específico para a sua guarda, ordenação e melhor preservação. Para Cervantes (2008, p. 80, tradução nossa), “o mobiliário deve adaptar-se às características físicas dos documentos”, pois, quanto ao tratamento dos documentos especiais, os chamados não-tradicionais, há convergências de opiniões no sentido de que sua “instalação exige condições particulares distintas à dos tradicionais” (2008, p. 79, tradução nossa). Dessa forma, a utilização das mapotecas como móvel específico para a guarda desse tipo de documentação torna-se imprescindível. Pois assim eles podem ser acondicionados abertos ou com a utilização de reduzidas dobras, o que evita o desgaste e os danos comuns de serem observados nos documentos que foram acondicionados de forma

inadequada e equivocada – utilizando o método de reduzir o tamanho de seu formato através de inúmeras dobraduras.

Mas o termo Mapoteca não significa apenas o móvel utilizado no armazenamento da documentação de grande formato. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 114) traz outras definições para o termo que devem ser levadas em conta, além da definição de “Móvel próprio para guarda de mapas ou quaisquer outros documentos de grande formato”. São elas: “1. Coleção de plantas e mapas” e “2. Instituição ou serviço que reúne, conserva, realiza processamento técnico e dá acesso a documentos cartográficos”. Essas são as definições existentes para o termo. E são também as mesmas que utilizamos no presente trabalho.

2.4.8 Definições arquivísticas para as principais tipologias encontradas no acervo

Heloísa Liberalli Bellotto (2008), em seu livro *Diplomática e Tipologia Documental em Arquivos*, identifica, em forma de glossário, as espécies documentais comuns ao longo da história da administração pública brasileira. Apresentamos aqui algumas de suas conceituações para os documentos que se enquadram no escopo deste trabalho, como mapas e plantas. Dessa forma, para a autora, mapa é um:

Documento não-diplomático informativo, horizontal. Documento Cartográfico que, num suporte plano, em projeção horizontal e numa escala inferior a 1:10 000, representa de forma gráfica características físicas de parte ou da totalidade da superfície terrestre (...). Quadro demonstrativo de população, efetivos militares, pessoal de serviço, eleitores etc. (BELLOTTO, 2008, p. 57).

É importante perceber que ao identificar a espécie documental mapa, a autora o trata como um documento cartográfico. Mas Bellotto (2008, p. 62) também aborda e conceitua outras espécies documentais informativas que são do nosso interesse, como os com características de desenhos técnicos. Para uma Planta, ela nos dá as seguintes definições: “documento não-diplomático informativo. Representação gráfica de projeção horizontal de cidade, edifício ou instalações. Representação gráfica da posição exata de um terreno com logradouros vizinhos”. Já um levantamento topográfico é definido pela autora

(2008, p. 56) como: “documento não-diplomático informativo. Registro do conjunto de operações de medidas de distâncias, ângulos e alturas necessárias à preparação de uma planta topográfica”. Outra definição importante trazida é a de projeto. Para Bellotto (2008, p. 63), essa espécie, que pode ser arquitetônica ou técnica, além de também ser um “documento não-diplomático informativo”, pode ser definida como “esquema de um empreendimento a ser realizado”.

É importante também perceber que os documentos abordados nesse estudo sobre a organização de uma mapoteca são categorizados pela Heloísa Liberalli Bellotto (2008, p. 12) como não-diplomáticos. Ou seja, não possuem “natureza jurídica”, nem são redigidos “em observância a fórmulas estabelecidas que se destinam a dar-lhe fé e força de prova”. Do ponto de vista que categoriza os documentos pela representatividade jurídica das informações neles contidas, os documentos aqui abordados pertencem a categoria “informativos”. (2008, p. 23). Esses são “opinativos/enunciativos, que esclarecem questões contidas em outros documentos e cujo conteúdo vai fundamentar uma resolução: pareceres, informações, relatórios (...)”, além de decisões estratégicas.

Outro livro que trabalha definições e conceitos para mapas e plantas é ‘Os fundamentos da disciplina arquivística’ dos autores Rousseau e Couture. Nesse livro, os autores (1998, p. 228) expressam que mapa é “uma representação plana de uma parte ou da totalidade da terra ou de um corpo celeste. Através da utilização de escalas, signos, símbolos e cores, os mapas fornecem diferentes indicações sobre a superfície a representar”. Essa definição se aproxima da dada pela Bellotto (2008).

Rousseau e Couture (1998, p. 228) ainda tipificam os mapas de duas formas. Primeiro; mapa topográfico como sendo aquele que “dá uma configuração muito pormenorizada de um terreno com detalhes do nivelamento”. E, segundo; mapa temático ou especializado como aquele que “representa um fenômeno qualitativo ou quantitativo físico, cultural, político, social ou econômico”. Dentre os exemplos desses fenômenos, eles citam (1998, p. 228): “relevo submarino, rede hidrográfica, indústrias e transporte, recursos econômicos, repartições das línguas ou das religiões, divisões políticas ou administrativas, etc.”¹⁰.

¹⁰ - Um bom exemplo de mapa temático encontrado no fundo CADEM é o de nº 391 de 1939, intitulado “Planta dos terrenos da 'CADEM - São Jerônimo' em Charqueadas - Minas de São Jerônimo”. Nele são representados os terrenos do CADEM na região, divididos por lotes. Em

Ainda segundo os autores canadenses, o que diferencia os mapas dos planos arquitetônicos é que a superfície ilustrada pelo segundo é (1998, p. 229) “relativamente mais restrita”. Porém apesar da informação contida em ambos ser diferente, eles “partilham de características comuns”: tanto os documentos cartográficos como os documentos arquitetônicos (1998, p. 229) “caracterizam-se pelo formato geralmente de grande dimensão e pelo desenho à escala”, o que os levam a serem tratados, muitas vezes, de forma idêntica (ROUSSEAU e COUTURE, 1998).

cada lote consta informações sobre metros quadrados e nº de pés plantados. Apresenta legenda para: caminho permanente, caminho provisório, área plantada com eucaliptos, área que serve para a plantação de arroz (~ 176,6 hectares) e área que deve ser conservada para o transporte de paus. Como pontos de referências: Rio Jacuí, Porto Mauá, estrada para Granja Carola, Capão da Roça e "adquirido de Talhoarne". Área = 562 ha. 1514 m². Escala: 1 : 5,000. Desenhado e copiado por P. Freitas, com assinatura de A. Knuth (topógrafo). Mede: 59,3 cm X 144,5 cm. Se encontra em bom estado, com partes assinaladas com lápis de cor.

3 ANÁLISE DA FORMA DE ARQUIVAMENTO ADOTADA PELO PRINCIPAL PRODUTOR/ACUMULADOR

Ao abordar o tema da natureza dos arquivos, Schellenberg (2006) trata das definições dos termos 'documentos' e 'arquivos' a fim de analisar suas características essenciais e assim destacar elementos que definam melhor o que é o “material de arquivo”, ou seja, tenta decifrar a “natureza intrínseca” desse material. (2006, p. 36). Após examinar definições provenientes de manuais e arquivistas de diversos países, o autor salienta que os “elementos relativos a fatores abstratos são os elementos essenciais” (2006, p. 37) das definições ou características do “material de arquivo”. Dessa forma, Schellenberg destaca que, dos elementos essenciais, o primeiro:

refere-se à razão pela qual os materiais foram produzidos e acumulados. Para serem considerados arquivos, os documentos devem ter sido criados e acumulados na consecução de algum objetivo. Numa repartição do governo, esse objetivo é o cumprimento de sua finalidade oficial. (...) É, pois, importante a razão pela qual os documentos vieram a existir. Se foram produzidos no curso de uma atividade organizada, com uma determinada finalidade, se foram criados durante o processo de consecução de um certo fim administrativo, legal, de negócio ou qualquer outro fim social são então considerados como tendo qualidade de material de arquivo em potencial. (SCHELLENBERG, 2006, p. 37 e 38)

Em se tratando do acervo de Plantas e Desenhos da Mineração, é interessante pensar em quais as razões que motivaram a produção e a acumulação das suas espécies documentárias. Evidentemente que a documentação em questão, por abranger material informacional gráfico diverso, servia para diversos fins. Mas será possível perscrutar alguns desses fins e os motivos que acarretaram sua produção através da análise de dois documentos do CADEM – que demonstram o modo de arquivamento empregado pela companhia a fim de facilitar o serviço de arquivamento de suas plantas e mapas; sua documentação cartográfica produzida? É o que tentaremos perceber a seguir.

Os dois documentos que devem ser analisados¹¹ são os seguintes: a) uma Carta de quinze de junho de 1950, enviada da Matriz da Companhia no Rio de Janeiro para o Eng.º Chefe nas Minas de Butiá, que trata da adoção de certas convenções para normatizar a codificação empregada para referenciar os “desenhos¹²” produzidos nas minas e enviados para a matriz (Anexo A); e b) um documento (“Chave do Arquivo de Plantas e Documentos”) que definia a “chave” que deveria ser usada para indicar a gaveta exata onde deveria ser guardado cada documento de acordo com o seu assunto – informações neles contidas (Anexo B). Esses dois documentos encontrados no fundo CADEM, quando analisados em conjunto, possuem a capacidade de mostrar como era a visão de arquivamento que o Consórcio utilizava e, conseqüentemente, muito sobre as distinções principais provenientes dos usos e necessidades informacionais dos usuários internos das informações contidas nesse tipo de documentação - uma documentação técnica e balizadora de decisões, procedimentos e da estrutura das companhias de mineração. Pois, como salienta as autoras Martha Martínez-Silveira e Nanci Oddone ao revisarem a literatura sobre os conceitos de necessidades e comportamento informacional:

O conceito de necessidade informacional definido por Wilson em 1981 descreve uma experiência subjetiva que ocorre apenas na mente de cada indivíduo, não sendo, portanto, diretamente acessível ao observador. A necessidade só pode ser descoberta por dedução, através do comportamento, ou por um ato de enunciação da pessoa que a detém. (Martínez-Silveira e Oddone, 2007, p. 119)

Portanto, ao analisarmos a forma de arquivamento definida pelos diretores do Consórcio Administrador das Empresas, observamos distinções e procedimentos a serem seguidos que, além de interessantíssimos pelo seu sentido prático, explicam muito sobre a estrutura administrativa e de mineração adotada pelo consórcio. Ou seja, refletem muito a visão e as necessidades que as companhias tinham para realizarem toda a complexa operação e estrutura

¹¹ - Ambos os documentos fazem parte do Acervo Histórico do Museu Estadual do Carvão e suas reproduções podem ser vistas nos anexos A e B dessa monografia.

¹² - Acreditamos que o termo “desenhos” é empregado porque os documentos cartográficos da época eram, provavelmente, na sua maioria feitos a mão. E muitas vezes eram utilizadas plantas base, modelos pré-prontos, – com a divisão topográfica de determinada região ou terreno e a localização de pontos físicos, naturais ou não, específicos – que eram completadas a mão com as informações que se queria registrar; como um mapeamento das zonas de pecuária, ou das zonas com plantações e seus diversos tipos, por exemplo.

que engloba a atividade de extração do carvão mineral. Por exemplo, o primeiro documento, a carta cujo assunto é o Arquivo de Plantas, nos mostra – ao dizer que os números dos documentos deveriam ser precedidos das letras 'J' ou 'B', de acordo com o local de sua procedência –, que basicamente a região carbonífera foi dividida em duas áreas principais, denominadas 'Jeromina' e 'Butiá'. A divisão da região em duas grandes áreas se deve à alguns fatores principais¹³:

- A) a existência de duas grandes vias férreas para o escoamento do carvão retirado das minas. A primeira via, de propriedade da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo, compreendia o trajeto das minas de Arroio dos Ratos até o Porto Mauá em Charqueadas, e é a região chamada de Jeromina. A segunda via, Estrada de Ferro Jacuhy, tinha seu trajeto definido para permitir o escoamento da produção das minas do Leão, Butiá (Ramal de Butiá da estrada) e Recreio, e chegava até o Porto do Conde (e Cabo Aéreo), com trajeto (construção em 1919) até a cidade de São Jerônimo. E é a área denominada de Butiá na carta;
- B) a existência das duas companhias que operavam cada um dos lados, sendo o lado Jeromina operado pela CEFMSJ e o lado Butiá operado pela CCR (até 1941, depois CCMB). Ambas as empresas foram responsáveis pela formação do CADEM em 1936;
- C) a existência de rotas fluviais que também foram usadas no período da mineração, e cujos trajetos eram próximos aos das estradas de ferro, além da existência e uso de portos para o escoamento da produção. Dessa forma, a área denominada Jeromina compreendo o curso dos arroios Taquara, Martins e Conde, além do Porto do Conde próximo ao Rio Jacuí. E a área Butia, por sua vez, compreende basicamente os Arroios dos Ratos e Colombos até o Porto Mauá em Charqueadas, com acesso ao Jacuí;
- D) Além disso, até a década de 60 não existiam as atuais cidades da região carbonífera: Butiá, Arroio dos Ratos e Minas do Leão. Pois antigamente

¹³ - Para uma ideia geográfica melhor, consultar o mapa da região constante no anexo C desta monografia.

essas cidades eram distritos ou sub-distritos da Cidade de São Jerônimo. Assim, as denominações 'Jeromina' e 'Butiá' referem-se basicamente as duas principais estruturas administrativas, onde ficavam os engenheiros chefes locais.

Para melhor visualização e compreensão da divisão adotada pelo CADEM, segue quadro com as regiões, estradas, arroios e portos que compõem a distinção territorial entre Jeromina e Butiá¹⁴:

Quadro 1 – Abrangência geográfica dos termos Jeromina e Butiá.

QUADRO DE DIVISÃO TERRITORIAL – BACIA CARBONÍFERA (RS):	Jeromina	Butiá
Cidades/regiões/setores	Mina de Arroio dos Ratos e Charqueadas	Minas de Butiá, do leão, Recreio e Porto do Conde
Estradas de Ferro	Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo	Estrada de Ferro do Jacuí + Ramal de Butiá
Arroios	Arroio dos Ratos, do Areal e Porteirinha	Martins, Taquara e do Conde
Portos	Porto Mauá (Charqueadas)	Porto do Conde (Cel. Carvalho)

Fonte: o Autor.

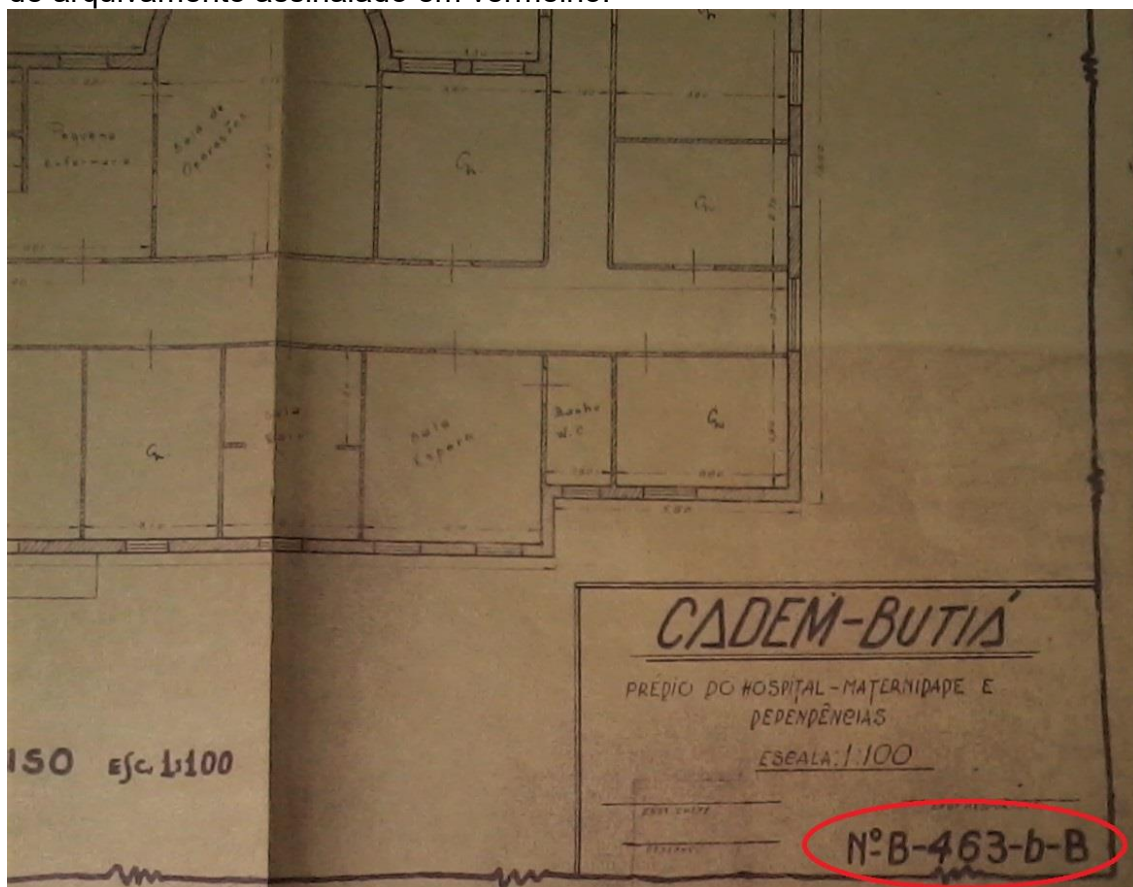
Continuando a análise da carta, os documentos cartográficos produzidos deveriam ser 'indexados' com a utilização de quatro elementos, formando um 'código de arquivamento'¹⁵ que constava no carimbo de cada documento cartográfico produzido pelo CADEM (entre 1950 e 1963, datas baliza para a utilização desse sistema, de acordo com a amostragem de 442 documentos analisados). Cabe referir que carimbo ou quadro, segundo a norma da ABNT para Representação de Projetos de Arquitetura (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE

¹⁴ Para uma ideia geográfica melhor, consultar o mapa da região constante no anexo C desta monografia.

¹⁵ O emprego do termo 'código de arquivamento' foi uma escolha arquivística posterior nossa, que não se baseia na abordagem empírica trazida pela carta do CADEM - que utiliza o termo "convenções" para se referir ao sistema de letras e números. O uso do termo 'código de arquivamento' surgiu na fase em que os documentos cartográficos, encontrados pela equipe de trabalho da ASF Brasil, começaram a ser listados em planilha Excel. Trabalho que será explicado melhor no próximo capítulo.

NORMAS TÉCNICAS, 1994, p. 2), é o quadrado que fica no canto “inferior direito das folhas de desenho” e “deve ser reservado” a “legenda de titulação e numeração dos desenhos”, como na imagem destacada a seguir de parte da planta da maternidade e dependências do Prédio de um Hospital em Butiá:

Figura 2 – Imagem do quadro e parte de uma planta, com destaque para código de arquivamento assinalado em vermelho.



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão.

Para a construção do sentido lógico dessa codificação, a carta enviada da Matriz para o Engenheiro F. Lacourt descreve o uso de letras e números da seguinte forma e ordem:

1° - Precedidos das letras 'J' ou 'B' para identificar, respectivamente, se originários de Jeromina ou de Butiá;

2° - Acrescidos de sua numeração, que crescia praticamente de forma cronológica a medida que os documentos eram produzidos em cada setor. Isso pode ser percebido através da observação da relação proporcional estabelecida

entre as colunas com as datas e os códigos de arquivamento na tabela abaixo – extraída da listagem geral de documentos encontrados referentes aos perfis de sondagens¹⁶;

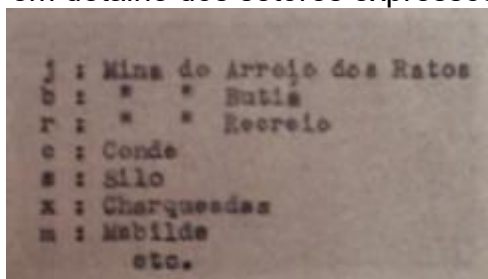
Figura 3 – Imagem da planilha Excel com a classificação dos perfis de sondagens referentes a região Recreio. Salienta a relação existente entre as datas e os códigos de arquivamento.

Região: Recreio					
Nº	CAIXA	CIA / ORIGEM	DATA	CÓDIGO DE ARQUIVAMENTO	DESCRIÇÃO
54	CX. 2	Carbonifera Alencastro LTDA	Sem Data	Não Possui	Sondagem nº F - 1 - Recreio - Butiá - Rio Grande do Sul
132	CX. 3	Recreio / Butiá	Sem Data	Não Possui	Autorização de pesquisa a Nery Adolfo de Souza Merello - Sondagem nº F20 - Recreio - Butiá - Rio Grande do Sul
185	CX. 3	CADEM / Butiá	21/12/1956	(nº B-635-b-Ibis)	Sondagem nº 724 e 725 - Butiá
70	CX. 2	CADEM / Butiá	19/09/1956	(nº B-609-b-Ibis)	Sondagem nº 710 - Butiá (Recreio)
69	CX. 2	CADEM / Butiá	01/08/1956	(nº B-541-b-Ibis)	Sondagens nº 708 e 709 - Butiá (Recreio)
182	CX. 3	CADEM / Butiá	01/06/1956	(nº B-540-b-Ibis)	Sondagem nº 700 e 701 - Butiá (Recreio)
64	CX. 2	CADEM / Butiá	31/05/1956	(nº B-539-b-Ibis)	Sondagens nº 706 e 707 - Butiá (Recreio)
63	CX. 2	CADEM / Butiá	30/05/1956	(nº B-538-b-Ibis)	Sondagens nº 704 e 705 - Butiá (Recreio)
184	CX. 3	CADEM / Butiá	30/05/1956	(nº B-537-b-Ibis)	Sondagem nº 703 - Butiá (Recreio)
15	CX. 1	CADEM / Butiá	26/05/1956	(nº B-534-b-Ibis)	Sondagens nº 598, 595 e 594 - Butiá (Recreio)
183	CX. 3	CADEM / Butiá	25/05/1956	(nº B-536-b-Ibis)	Sondagem nº 702 - Butiá (Recreio)
203	CX. 4	CADEM / Butiá	25/05/1956	(nº B-533-b-Ibis)	Sondagem nº 599 - Butiá (Recreio)
4	CX. 1	CADEM / Butiá	25/04/1956	(nº B-524-b-Ibis)	Sondagem nº 596 - Butiá (Recreio)
3	CX. 1	CADEM / Butiá	20/04/1956	(nº B-520-b-Ibis)	Sondagem nº 593 - Butiá (Recreio)
85	CX. 2	CADEM / Butiá	18/04/1956	(nº B-516-b-Ibis)	Sondagem nº 586 - Butiá (Recreio)
84	CX. 2	CADEM / Butiá	16/04/1956	(nº B-514-b-Ibis)	Sondagem nº 585 - Butiá (Recreio)
430	CX. 8	CADEM / Butiá	16/04/1956	(nº B-513-b-Ibis)	Sondagem nº 587 e 588 - Butiá (Recreio)
83	CX. 2	CADEM / Butiá	22/02/1956	(nº B-494-b-Ibis)	Sondagem nº 584 - Butiá (Recreio)
75	CX. 2	CADEM / Butiá	18/02/1956	(nº B-492-b-Ibis)	Sondagem nº 583 - Butiá (Recreio)
74	CX. 2	CADEM / Butiá	24/01/1956	(nº B-484-b-Ibis)	Sondagens nº 580, 581 e 582 - Butiá (Recreio)

Fonte: o Autor.

3° - Seguidos por uma letra minúscula para indicar o setor a que se refere a planta. Assim a convenção adotada definia o uso do 'j' para indicar o setor Mina do Arroio dos Ratos, 'b' para Mina do Butiá, 'r' para Mina do Recreio, 'c' para Porto do Conde, 's' para o setor do Silo, 'x' para Charqueadas e 'm' para o Estaleiro Mabilde, além de sugerir ao final que outras letras poderiam ser usadas de acordo com a necessidade¹⁷. Confira na imagem em detalhe extraída da carta estudada¹⁸.

Figura 4 – Imagem em detalhe dos setores expressos na carta estudada.



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão

¹⁶ A questão da planilha será melhor abordada no capítulo seguinte deste trabalho.

¹⁷ O que de fato, ao que parece, não acontece, já que apenas essas letras minúsculas foram encontradas nos 442 documentos registrados para o levantamento que subsidia a presente análise.

¹⁸ Anexo A

4° - e por fim, ligado por um traço de união, era para se usar uma letra maiúscula para indicar o local (gaveta) de guarda do documento gráfico produzido, letra essa chamada de 'Chave' e que indicava o assunto abordado no documento e era extraída de um sistema proposto por um segundo documento, anexo a carta, denominado “Chave do Arquivo de Plantas e Desenhos” (Anexo B).

Para a compreensão dessas 'Chaves' utilizadas é necessário a análise desse segundo documento, que contém um sistema de “chaveamento” e classificação proposto à documentação cartográfica da mineração. Esse sistema nos apresenta alguns conceitos importantes para o estabelecimento de distinções entre os temas abordados nos documentos cartográficos do acervo do Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão. Distinções que, acreditamos, permitirão a classificação dos documentos de forma a explicitar não as relações hierárquicas entre os documentos, mas as relações orgânicas entre as classes a serem utilizadas na organização da documentação. (Gonçalves, 1998). Os conceitos e distinções citados são os seguintes: topográficas e não-topográficas; subsolo e superfície; serviços técnicos e vila operária; pesquisa e mineração. É importante perceber que os dois primeiros, topográficas e não-topográficas, se referem mais a forma da informação contida; enquanto os outros, mais ao conteúdo. Mais adiante veremos como esses conceitos se misturam ao definirem as classes para arquivamento. Por hora, analisaremos cada dualidade expressa como forma de distinção utilizada:

Topográficas e não-topográficas – O próprio documento (Anexo B) fornece uma boa definição para esses termos, sendo topográficas as ‘plantas e desenhos¹⁹’ que fornecem representações de terrenos ou fazem referência a eles e não-topográficas os que representam objetos em si, sem referência a terrenos, definição essa última que se aproxima da de um desenho técnico ou uma planta arquitetônica, por exemplo. Mas é importante saber também que, de acordo com Zenobia de Moraes Bastos (1978, p. 16), a “topografia é a parte da Geodésia destinada ao levantamento de dados para a confecção de mapas e

¹⁹ Documentos cartográficos.

plantas”. E a “Geodésia é ciência que se ocupa da forma e dimensão da terra”. Ambas servem de apoio à Cartografia, que “é a ciência e arte que expressa, graficamente, por mapas e cartas, o conhecimento humano da superfície da terra” (1978, p. 15). Porém, para uma definição mais ampla de topografia recorreremos ao Dicionário Cartográfico do IBGE que define o verbete como:

1 – A configuração da superfície da terra, incluindo o relevo, a posição dos cursos d’água, as estradas, as cidades, etc. O conjunto das características naturais e físicas da terra. Um acidente simples, como uma montanha ou um vale, é denominado um acidente topográfico. (...)
2 – A ciência da representação dos aspectos naturais e artificiais de um lugar ou de uma região, especialmente no modo de apresentar as suas posições e altitudes. O termo inclui os campos científicos e técnicos do levantamento, da geodésia, (...) da geografia, (...), da cartografia, das artes gráficas e das atividades afins. (OLIVEIRA, 1987, p. 538)

Assim, geral e basicamente, as plantas topográficas são utilizadas para a localização de pontos, regiões, objetos e irregularidades na superfície, assim como para a análise de áreas, rotas e terrenos. Enquanto as não-topográficas referem-se aos desenhos técnicos de objetos encontrados, ou não, na superfície.

Superfície e subsolo – Distingue quando o assunto abordado no documento cartográfico se refere a questões relativas à superfície, como terrenos, localizações geográficas (ambos topográficos) e desenhos técnicos de objetos encontrados em cima da terra (não-topográficos); ou quando se trata de assuntos referentes ao que se passa no subsolo, como os ramos de pesquisa e mineração.

Pesquisa e Mineração – Distingue as informações produzidas, na forma de documentos cartográficos, em dois ramos, tendo como referência principal o subsolo ou o que acontece nele. O ramo que aborda a questão das pesquisas, inclui sondagens, perfis (ambos de caráter não-topográfico), localização das reservas de carvão e dos pontos onde foram feitas as sondagens (ambas de caráter topográfico). E o que aborda a questão da mineração em si, inclui plantas do maquinário utilizados no subsolo para extração do carvão (não-topográficas), plantas que revelam as condições das camadas, acidentes geológicos, plantas de exploração dos poços, rotas de galerias, de desmonte, transporte e ventilação

(todas de caráter topográfico, porém que retratam uma camada que não é a da superfície).

Serviços técnicos e Vila operária – refere-se a distinção existente entre os documentos topográficos ou não que abordam questões relativas à estrutura operária (e tudo que dela deriva) ou à questões relativas aos serviços técnicos da mineração que ocorrem na superfície, como o mapeamento das zonas de concessão para pesquisa e lavra, terrenos, situação e localização de serviços técnicos, vias de escoamento da produção e transporte, maquinários utilizados na superfície e nos estaleiros e instalações na boca dos poços (os três últimos com caráter não-topográfico).

Dessa forma, percebe-se, na forma de arquivamento adotada pelo CADEM, oito distinções, que se relacionam entre si e são utilizadas para agrupar a informação proveniente da atividade mineradora em seis níveis (sendo o sétimo o que abarca os documentos gráficos relativos a relatórios e gráficos de produção), da seguinte forma:

Quadro 2 – Correlação do níveis agrupadores de informação.

<p style="text-align: center;">QUADRO DE NÍVEIS AGRUPADORES DE INFORMAÇÃO (Distinções empregadas):</p>
Superfície / com relação com funcionários / topográficos;
Superfície / com relação com funcionários / não topográficos;
Superfície / serviços técnicos / topográficos;
Superfície / serviços técnicos / não topográficos;
Subsolo / pesquisa;
Subsolo / mineração; e
Gráficos / relatórios / controle.

Fonte: o Autor.

Dentro de alguns desses níveis, outras subdivisões são empregadas. E é a partir dessas subdivisões mais específicas que se chega a chave de arquivamento que deve ser utilizada em cada caso²⁰. Dessa forma, temos, o seguinte quadro para espelhar os níveis de arquivamento, com suas respectivas distinções e subdivisões, assim como o CADEM utilizava para a organização de sua documentação cartográfica:

Quadro 3 – subdivisões dos níveis agrupadores de informação.

QUADRO DE SUBDIVISÕES DOS AGRUPADORES DE INFORMAÇÃO: (com Chaves de Arquivamento: de A a Obis)				
Quanto ao nível do solo:	Quanto aos terrenos e objetos relacionados à atividade fim ou meio / e quando referentes ao subsolo: se pesquisa ou mineração em si.		Chaves de arquivamento:	Descrição do conteúdo dos documentos em suas respectivas gavetas (séries do fundo?)
Superfície	Relação com Operários (Atividades Meio)	Topográficos	A	Localização de edifícios, ruas, projetos urbanísticos, loteamentos, superfícies gerais ou parciais, infraestrutura operária, etc
		Não Topográficos	B	Plantas de casas, estabelecimentos comerciais e sociais, clubes, cinemas, sedes religiosas, hospitalares e de ensino, etc
	Serviços Técnicos	Topográficos	Bbis	Concessões de pesquisa e lavra; Áreas manifestadas como mina; Mapa geral de concessões, etc. (relações com o D.N.P.M)
			C	Município de São Jerônimo, Região das Minas, Região Carbonífera; Terrenos pertencentes às Cias. e a terceiros, nas minas e outros lugares; Situação ou localização de serviços, instalações, fábricas, plantações, cercas etc.
			D	Vias de transporte: rios, estradas de ferro (via permanente, ramais, desvios, estações, variantes, perfis, pontes, boeiros, obras etc), estradas de rodagem, cabo aéreo, linha de alta tensão etc.
		Não Topográficos	E	Trapiches, lavadores, elevadores e outras instalações da boca dos poços, com suas dependências etc.
	F		Geradores de vapor, eletricidade, ar comprimido e assuntos correlatos, como: captação e tratamento d'água, redes distribuidoras de ar, água, eletricidade, telefones etc.	

²⁰ - Ver anexo B ou quadro que se encontra na próxima página – uma forma resumida do documento “Chave do Arquivo de Plantas e Documentos” (anexo B) e complementada com .

		G	Locomotivas, vagões, trucks, rodeiros, para-choques etc.
		H	Outros / Diversos.
		I	Instalações portuárias, trapiches, estaleiros navais, assuntos sobre chatas, rebocadores e portos.
Subsolo	Pesquisa	Ibis	Sondagens, perfis e plantas de sondagens, reservas de carvão, etc.
	Mineração e Minas	J	Plantas de exploração dos poços, sistema de traçagem, transporte e ventilação das minas, estudos geológicos e demais condições da camada.
		K	Vagonetas de minas, máquinas, materiais, utensílios, etc.
		L	Avançamentos mensais - poços- Jeromina
		M	Avançamentos mensais - poços - Butiá
Avulsos		N	Relatórios, estudos, dados
		O	
		Obis	

Fonte: o Autor.

Essa análise é importante para sabermos onde colocarmos os documentos cartográficos que não possuem a codificação (convenção) - ou por serem de período diferente ao corte temporal de utilização do código de arquivamento, ou por serem procedentes de outras proveniências. Além de ajudar a termos uma ideia de quais eram as funções e atividades que a produção dos documentos cartográficos aqui tratados visavam subsidiar dentro das incumbências do Consórcio em questão, assim como vimos ser necessário ao abordarmos a fundamentação teórica para a questão²¹. Assim, poderíamos falar em atividades fim do tipo: pesquisa e extração do carvão (Chaves: I-bis, J, L, M); obter concessões de pesquisa e lavra, além do conhecimento topográfico das áreas de concessões e manifestadas como de mineração (Chave: B-bis)? E falar em atividades meio do tipo estabelecer sistemas de vilas operárias com prédios para moradia, educação, cultura e assistência médica e religiosa (Chaves: A e B); conhecer a localização/situação de serviços, instalações, fábricas, plantações etc., além das vias dos diversos tipos de transporte (Chaves C e D); possuir informações para proceder consertos e reparos no maquinário diverso

²¹ Capítulo 2.3.

que era utilizado ou nos serviços que se utilizavam da tecnologia da época para operar (Chaves E, F, G, I e K)? Acreditamos que sim e que são essas as funções e as atividades que a documentação cartográfica da Mapoteca do Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão visava subsidiar.

A análise das informações colhidas nos dois documentos que convencionavam a forma de arquivamento dessas plantas e mapas serviu para conhecermos melhor a noção de arquivamento adotada pelo Consórcio. Assim temos informações elementares para o restabelecimento da visão orgânica da documentação e para servir como parâmetro balizador para a forma de arquivamento que será proposta a seguir.

4 COMO CHEGAMOS A FORMA DE ARQUIVAMENTO PROPOSTA PARA A DOCUMENTAÇÃO

Apresentaremos a seguir os passos que nos levaram a definição de uma forma de arquivamento que reflete a visão orgânica dos produtores / acumuladores da documentação. Como chegamos até ela e como ela se baseia nas funções e atividades das empresas que atuavam na mineração do carvão da região.

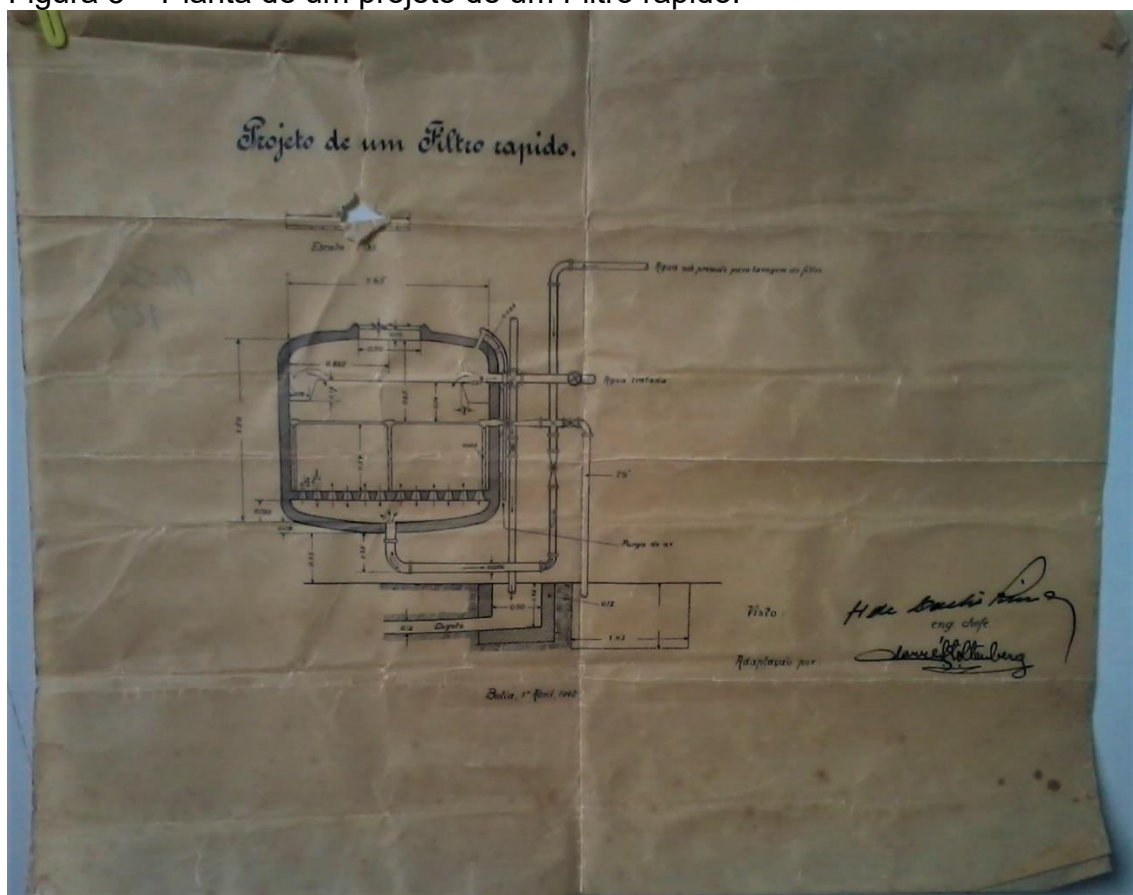
4.1 Reconhecimento da documentação e o uso de campos descritores

Concomitantemente com o trabalho de definição de fundos que vinha sendo realizado (nos primeiros meses de 2015 - que compreendia, entre outros procedimentos, a abertura das caixas e pré-classificação dos documentos), os documentos cartográficos encontrados, e que não mantinham relação com outros documentos textuais, eram separados para análise e pré-classificação. Isso era feito pois entendíamos que eles fariam parte de uma mapoteca que se projetava para o acervo. Dessa forma, na medida em que os diversos tipos de mapas, plantas, croquis, perfis de sondagens, plantas topográficas, relatórios gráficos e perfis longitudinais das estradas e das linhas de alta-tensão da região eram encontrados, eles eram listados seguindo uma forma de registro básica, com poucos campos descritores, feita com a utilização de uma planilha do Excel. A princípio, a relação dos documentos achados era feita de modo bem empírico, sem seguir nenhum tipo de organização prévia baseada em critérios específicos, como cronológicos ou toponímicos, mas com a intenção de perceber, a partir da repetição das tipologias, similitudes ou diferenças nos tipos de documentos cartográficos, mapas, plantas e desenhos encontrados.

Porém o trabalho que começou de forma experimental começou a adquirir melhores subsídios a partir do momento em que o número de documentos encontrados foi se tornando mais significativo. Assim, pôde-se ter uma melhor noção dos tipos de documentos gráficos que compunham o acervo, a qual período se referiam com maior frequência (segundo levantamento dos

documentos cartográficos datados: de 1921 até 1968) e quais são os campos descritores necessários para o trabalho de pré-classificação do conteúdo informacional desses documentos. Cabe salientar que nesse momento não eram totalmente objeto de preocupação questões referentes ao respeito ao princípio de proveniência e ordem original, tendo em vista que a agrupação utilizada, em algum momento, referente à estrutura administrativa das empresas mineradoras fora perdida com o tempo e o descaso ao qual essa documentação foi submetida. Essa constatação se deve ao fato de que a documentação do acervo foi encontrada abandonada em um galpão e recolhida do chão com a ajuda do uso de pás²², sem qualquer vestígio de uma ordem original. Além do mais, boa parte da documentação cartográfica continha uma informação pobre quanto à sua origem e produtor. Como no exemplo abaixo:

Figura 5 – Planta de um projeto de um Filtro rápido.



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão.

²² Conforme explicação dada no estudo de contexto da documentação no presente trabalho

Muitas vezes, as plantas não possuíam referência nenhuma. Assim como identificá-las quanto a proveniência? Por isso, no começo do trabalho, foi experimentada uma catalogação, na forma de uma listagem geral, de modo bem sucinto, com os seguintes campos descritores: número, caixa, companhia/origem, data, descrição (título), observação (onde era feita uma breve descrição do conteúdo) e estado de conservação. Porém, após a descoberta dos dois documentos citados e analisados no capítulo anterior, além de conversas com o Profº Jorge Eduardo Enriquez Vivar, responsável pelo projeto de organização arquivística do acervo da mineração, achamos necessário acrescentar novos campos à catalogação. São eles: a escala de redução utilizada, o engenheiro ou técnico responsável pelas informações (quem assina o documento), a altura e comprimento dos documentos (informação que será útil num possível processo de digitalização futuro) e, principalmente, a chave de arquivamento (nos documentos que o possuem) utilizada pelo CADEM (e seus derivados: CADEM - Minas de São Jerônimo, CADEM – Minas de Butiá, CADEM – São Jerônimo e CADEM – Butiá) para controlar a guarda e o acesso aos documentos cartográficos. Como pode ser conferido na imagem da planilha Excel com a lista geral dos documentos que se enquadram no chaveamento referente ao nível de informação Subsolo/mineração²³ (anexo D).

4.2 Funções e atividades refletidas nas Chave de Arquivamento

Essa descoberta nos possibilitou o entendimento do código que constava no Carimbo (quadro) dos documentos. E esse entendimento abriu caminho para a percepção de que aquele amontoado de documentos cartográficos, aparentemente tão desconexos, possuía uma lógica intrínseca que era baseada nas necessidades que as funções e atividades das empresas mineradoras geravam. Ou seja, estava, pela primeira vez, começando a ficar clara a organicidade da documentação – um dos princípios fundamentais da arquivística – no sentido expresso pela Bellotto, onde:

²³ Apesar do nível agrupador de informação subsolo/mineração, de acordo com a convenção estabelecida pelo consórcio, definir quatro possibilidades de conteúdo informacional, apenas documentos que se enquadram no chaveamento J e L foram encontrados na amostragem trabalhada.

As relações administrativas orgânicas refletem-se no interior dos conjuntos documentais. Em outras palavras, a organicidade é a 'qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas. (BELLOTTO, 2002, p. 23)

Além disso, continua a autora (2002, p. 23 e 24) “os documentos determinantes/resultados/consequências dessas atividades guardarão entre si as mesmas relações de hierarquia, dependência e fluxo”. Seguindo esse raciocínio e aplicando-o ao contexto da documentação cartográfica em questão, poderíamos corroborar a relação expressa no capítulo anterior, onde falamos em atividades fim como sendo relativas às áreas de pesquisa e mineração. Sendo assim, os documentos gravados ou que se enquadram nas Chaves I-bis, J, L e M possuem essa característica, subsidiar a atividade fim. Bem como, os documentos que expressam informações sobre obter concessões de pesquisa e lavra, ou áreas de concessões e manifestadas como de mineração - que são os mapas com Chave B-bis.

Por outro lado, estabelecer sistemas de vilas operárias com toda infraestrutura própria para o esquema de Cidade Fábrica da época, são assuntos referentes às atividades meio. E para a conclusão desse objetivo são necessárias as informações contidas nas Chaves A e B. Assim como conhecer a localização/situação de serviços, fábricas, plantações e vias de transporte, ou proceder consertos e reparos no maquinário, que também são atividade meio e utilizavam as informações contidas nas chaves C e D E, F, G, I e K.

Através dessas analogias, acreditamos no encadeamento orgânico da informação e da produção documental. Graças a descoberta desses dois documentos analisados, com a convenção adotada no passado para proceder o arquivamento, podemos colher informações para o reestabelecimento da visão orgânica da documentação. E mesmo que o trabalho que visa estabelecer um quadro de arranjo para o restante da documentação do Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão ainda não esteja pronto, muitas informações importantes e esclarecedoras sobre a estrutura e forma de atuação das empresas produtoras da documentação já foram mapeadas e descobertas, principalmente as que se referem a questões territoriais e de estrutura física. Ou

ainda podem ser descobertas através de uma análise mais profunda e comparativa das relações que se estabelecem entre plantas distintas, mas que quando analisadas em conjunto se completam: como os mapas que fornecem informações sobre áreas de concessões, pesquisa e lavra, que podem ser comparados com os perfis de sondagem - que fornecem informações sobre as camadas de carvão no subsolo; e essas, por sua vez, comparadas com as plantas de desmontes dos poços de extração. Há todo um encadeamento de informação que ocorre através de anos e que diz muito sobre a extração das riquezas minerais do subsolo da região; e que os documentos cartográficos do acervo atestam.

4.3 A forma de arquivamento sugerida

Dessa forma, através desse estudo, com confronto de análises e informações, e visando manter a organicidade da documentação sugerimos uma reestruturação das categorias de classificação utilizadas até o momento na planilha. O que era apenas uma listagem geral da documentação encontrada, passa a, baseado na forma de arquivamento do CADEM, ter uma estrutura muito mais definida, categorizada e objetiva. Essa reestruturação não alterou os campos descritores, mas sim apenas a forma conceitual e prática de agrupar itens documentais cartográficos (abas da planilha) (Anexo E). Assim a definição da nova classificação a ser utilizada está baseada na forma que o CADEM utilizava para arquivar suas plantas e desenhos, ou seja, está baseada na visão de arquivamento que o Consórcio utilizava.

Entretanto, algumas alterações foram necessárias para facilitar ainda mais a busca e melhor comportar lotes muitos numerosos, como o de subsolo/pesquisa (Chave Ibis) com 135 itens, sendo 82 deles (Sondagens) só de Minas do Butiá (Recreio). Além de melhor abarcar parte da documentação que não era diretamente produzida pelo CADEM, e sim, provavelmente, recolhida por esse consórcio a partir do momento em que ele passou a centralizar o apoio técnico e comercial dado às outras companhias de mineração que atuavam sobre o seu guarda-chuva. Assim, alguns agrupamentos de

documentos sofreram subdivisões por região, gerando, para compreensão, o seguinte quadro final de organização:

Quadro 4 – Quadro com o esquema final adotado para reestabelecer a visão orgânica da documentação.

QUADRO FINAL UTILIZADO PARA ORGANIZAR A DOCUMENTAÇÃO: (com Chaves de Arquivamento: de A a M + Subdivisões por regiões)									
Superfície	Relação com Operários	Topográficos	A	Localização de edifícios, ruas, projetos urbanísticos, loteamentos, superfícies gerais ou parciais, infraestrutura operária, etc	Porto do Conde				
					Charqueadas				
					Butiá / Minas do Butiá				
					Arroio dos Ratos				
	Serviços Técnicos	Topográficos	Não Topográficos	B	Plantas de casas, estabelecimentos comerciais e sociais, clubes, cinemas, sedes religiosas, hospitalares e de ensino, etc	Arroio dos Ratos			
						Butiá			
						Charqueadas			
						Recreio			
						Não especificado			
						Serviços Técnicos	Topográficos	Não Topográficos	Bbis
C	Município de São Jerônimo, Região das Minas, Região Carbonífera; Terrenos pertencentes às Cias. e a terceiros, nas minas e outros lugares; Situação ou localização de serviços, instalações, fábricas, plantações, cercas etc.								
	D	Vias de transporte: rios, estradas de ferro (via permanente, ramais, desvios, estações, variantes, perfis, pontes, boeiros, obras etc), estradas de rodagem, cabo aéreo, linha de alta tensão etc.							
		E	Trapiches, lavadores, elevadores e outras instalações da boca dos poços, com suas dependências etc.						
			F	Geradores de vapor, eletricidade, ar comprimido e assuntos correlatos, como: captação e tratamento d'água, redes distribuidoras de ar, água, eletricidade, telefones etc.					
				G	Locomotivas, vagões, trucks, rodeiros, para-choques etc.				
H	Outros / Diversos.								
Serviços Técnicos	Topográficos	Não Topográficos	I	Instalações portuárias, trapiches, estaleiros navais, assuntos sobre chatas, rebocadores e portos.					
					Arroio dos Ratos				

Subsolo	Pesquisa	Ibis	Sondagens, perfis e plantas de sondagens, reservas de carvão, etc.	Butiá
				Charqueadas
				Recreio
				Não especificado
	Mineração e Minas	J	Plantas de exploração dos poços, sistema de traçagem, transporte e ventilação das minas, estudos geológicos e demais condições da camada.	Arroio dos Ratos
				Butiá
				Charqueadas
				Recreio
				Não especificado
				K
L	Avançamentos mensais - poços- Jeromina			
M	Avançamentos mensais - poços - Butiá			

Fonte: o Autor.

Pois acreditamos que a forma de arquivamento adotada pelas Companhias a partir de 1950, mesmo que empírica, se coaduna com os princípios arquivísticos e pode ser usada, com pequenas alterações e ressalvas, para preservar a organicidade da documentação sem afetar princípios básicos da arquivologia. Ainda mais quando o quadro de arranjo para a documentação tradicional ainda não está finalizado ou acessível. Assim, digamos que se o interesse, ou disponibilidade financeira, seja de viabilizar apenas a organização da mapoteca, a proposta apresentada mostra-se uma possibilidade viável e interessante, segundo nosso entendimento.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar uma forma de arquivamento para a Mapoteca do Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão não foi uma tarefa fácil. Foi sim, com certeza, um desafio imenso, tanto pelo tamanho da abrangência do tema quanto pela sua complexidade. Além disso, a falta de bibliografia específica sobre organização de mapotecas fez com que, muitas vezes, a tarefa parecesse irrealizável. Talvez essa sensação de desalento fosse causada pelo cansaço proveniente das horas gastas dentro de um ônibus não muito confortável a caminho do Museu, em Arroio dos Ratos. Ou fruto dos momentos em que sentíamos o fardo histórico da mineração, com sua consequência mais mórbida: o conhecimento de que inúmeras vidas foram perdidas em nome da busca pelo ouro negro. Mortes que foram causadas por doenças pulmonares, consequência das condições insalubres de trabalho nas minas, ou pelas inúmeras explosões e desmoronamentos que vitimaram centenas de mineiros ao longo do período da mineração carvoeira. Mortes que eram consideradas uma consequência natural da busca pela riqueza contida no subsolo da região, sentidas apenas enquanto perda de mão de obra treinada, pelos homens que tinham o poder e a permissão de extrair essa riqueza – riqueza que de certa forma era também dos homens que eles matavam.

Entretanto, o desafio de organizar a documentação do acervo também tinha seu lado atrativo. Tentar entender como centenas de documentos cartográficos se relacionavam entre si, mesmo que aparentemente de forma difícil de dizer orgânica, era um objetivo a ser realizado que fazia valer o esforço. Ainda mais quando o trabalho de pesquisa começava a proporcionar seus primeiros frutos. Um deles, o mais significativo para a questão da mapoteca, foi a descoberta da carta e anexo com as ‘convenções’ a serem adotadas. Essa foi uma descoberta que mudou todo o rumo da pesquisa, pois permitiu a compreensão do código que constava no Carimbo (quadro) de parte significativa dos documentos cartográficos, provavelmente, a maioria deles. A partir dessa descoberta e da compreensão de seu significado, ficou claro para nós que aquele amontoado de plantas e mapas, dos mais variados tipos e tamanhos, aparentemente tão difíceis de conectar, possuía uma lógica orgânica, intrínseca,

que era baseada nas necessidades que as funções e atividades das empresas mineradoras acarretavam.

Dessa forma, percebemos muitas coisas interessantes nas informações que esses documentos visavam subsidiar, e também na relação conexa que muitas unidades documentais guardavam entre si. Por exemplo: conhecer as extensões das áreas com carvão no subsolo (através dos perfis de sondagens) e mapear os terrenos (através dos mapas topográficos) que deveriam ser desapropriados - ou ter sua concessão aprovada, para permitir o processo de extração - era uma das questões que os mapas visavam subsidiar. Talvez uma das principais, já que o maior número de documentos encontrados se refere aos perfis de sondagens – tipologia que fornecia informações sobre a qualidade das camadas de carvão de acordo com sua profundidade.

Além disso, outro exemplo de informação buscada nos mapas é o conhecimento topográfico da região para, entre outras coisas: conhecer os locais onde seriam estabelecidos os loteamentos para construção das casas dos mineiros; conhecer a localização dos açudes para estabelecer as plantações de eucaliptos²⁴ (que forneciam estacas de madeiras para o escoramento das minas); guardar as plantas arquitetônica e de maquinário para o auxílio na consecução de reformas e consertos; conhecer as rotas dentro das minas e a localização dos poços de ventilação; controlar a produção de acordo com os avanços nas galerias e os desmontes delas, bem como dos túneis explorados por empreiteiros²⁵; além de outras informações.

Outro mérito do trabalho realizado é o estabelecimento dos campos descritores, já que eles serão fundamentais em uma fase posterior do tratamento documental, a fase de descrição. Assim, ao longo das pesquisas e análises realizadas, aliando uma dimensão teórica à uma dimensão aplicada, chegamos à conclusão que o modo aparentemente empírico de arquivamento adotado pelo CADEM é a forma mais apropriada para aplicar nos documentos cartográficos

²⁴ É importante considerar que extração do carvão não era danosa apenas para as pessoas que trabalhavam nas minas, as imensas plantações de eucaliptos também foram responsáveis pelo esgotamento de inúmeros açudes, córregos e pontos de água. Isso fica claro ao analisarmos os mapas da época comparados as imagens atuais de satélite. Isso se deve ao fato de que as raízes dos eucaliptos (plantações imensas) buscavam muita água e em grandes profundidades, acarretando danos ao meio ambiente.

²⁵ Uma espécie de terceirizado que explorava alguns túneis, com mão de obra própria e sem relação direta com as companhias.

do acervo histórico. Principalmente quando não se tem um quadro de arranjo definido para o restante da documentação textual tradicional. Entretanto, é preciso levar em consideração que os documentos provenientes de outras empresas devem ser considerados como pertencentes aos seus respectivos fundos. Dessa forma, mesmo que eles possam ser classificados de acordo com a forma de arquivamento sugerida, seu fundo real deve ser explicitado na fase posterior de descrição ou corrigido em uma eventual reestruturação dos fundos. Pois, de acordo com os princípios de Ordem Original e Proveniência, os documentos que melhor se enquadram na classificação do CADEM são os produzidos e acumulados por ele ou por uma das empresas que o formaram (CEFMSJ e CRR/CCMB). Essa é uma questão que merece um aprofundamento maior a ser realizado em trabalhos próximos.

Para finalizar, algumas últimas considerações são importantes. Com o presente trabalho, acreditamos ter evidenciado a importância fundamental e imprescindível dos documentos cartográficos na constituição do acervo, tanto física com conceitualmente. Pois sem esse tipo de documento o contexto da mineração se torna inviável. Há também a necessidade urgente de conhecer a estrutura de funcionamento do CADEM – pela sua importância – através dos seus documentos textuais tradicionais, para que a comparação das informações obtidas seja possível. Também é preciso entender a importância da adoção de políticas públicas de preservação que valorizem o Patrimônio Histórico do Estado, para que a nossa história não se perca. E para que aprendamos com os erros do passado. Isso, se fosse uma atitude séria, poderia evitar que o descaso ocasionasse desastres ecológicos como o proporcionado pela mineração Samarco²⁶. Dessa forma, através de investimentos e uma política patrimonial séria, a Mapoteca do Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão ainda pode vir a se tornar um local de preservação da memória, num ambiente de pesquisa e construção do conhecimento indispensáveis para uma civilização que pretende evoluir.

²⁶ Desastre de Mariana – o maior desastre ambiental do país.

6 – REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Representação de Projetos de Arquitetura**. Rio de Janeiro: ABNT, p. 27. 1994.

Arquivo Nacional (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

Associação dos Arquivistas Holandeses. – **Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos** – Rio de Janeiro, 2 Ed. Arquivo Nacional, 1973. Trás. Manoel Adolpho Wanderley.

BASTOS, Z. P. S. D. M. **Organização de Mapotecas**. Rio de Janeiro: BNG / Brasilart, 1978.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELLOTTO, L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e Tipologia Documental em Arquivos**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

CARDOSO, Jéssica Fernanda Cherer. **A definição de tipologias documentais para o acervo da mineração**. 2014. 87 f. Trabalho de Conclusão (Graduação em Arquivologia)-Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

CERVANTES, Gumaro Damián. **Los documentos especiales no contexto da arquivística**. México: México, 2008.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. Projeto como fazer; v. 2. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

HERÉDIA, Antonia. **El principio de procedência: y los principios de la archivística**. São Paulo: Associação dos arquivistas brasileiros de São Paulo. 2003

LOPES, Luis Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa**. Brasília: Porjecto Editorial, 2009. 416p.

MARTÍNEZ-SILVEIRA, Martha; ODDONE, Nanci. Revisão de Literatura. **Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 118-127, maio/ago. 2007.

OLIVEIRA, C. D. **Dicionário Cartográfico**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

ROUSSEAU, J.-Y.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina**

arquivística. 1ª. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: Princípios e Técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SCHELLENBERG, R. **Documentos públicos e privados: arranjo e descrição**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980. 396 p.

SENA, Márcia Rodrigues de. **Memória e Mineração do Rio Grande do Sul e sua Relação com os Arquivos**. 2014. 49 f. Trabalho de Conclusão (Graduação em Arquivologia)-Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

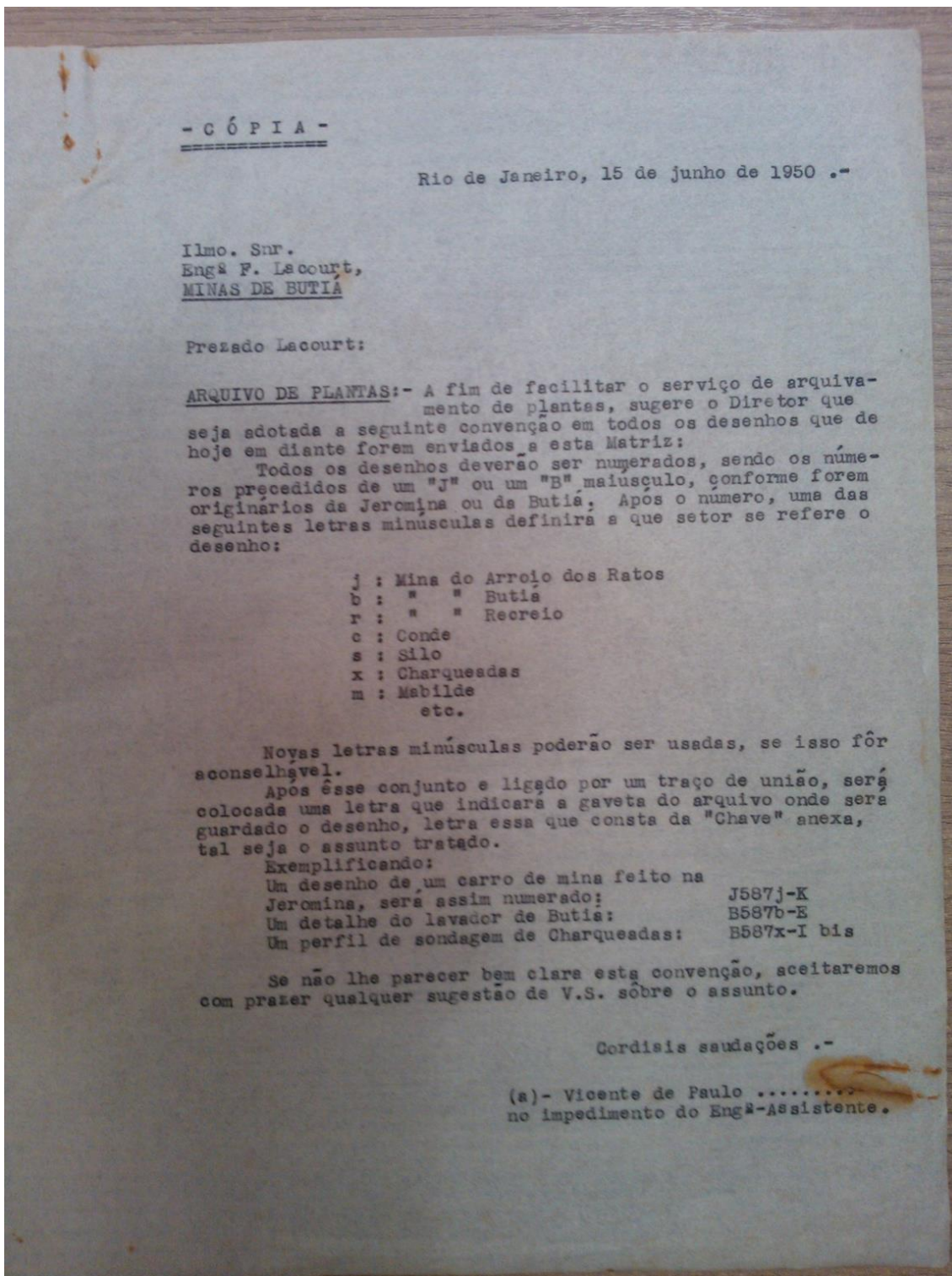
SILVA, Cristina Ennes da. **Nas profundezas da terra: um estudo sobre a região carbonífera do Rio Grande do Sul (1883/1945)**. 2007. 380 folhas. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SOUSA, R. T. B. **Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação**. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Org.). Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 240-269.

WITKOWSKI, Alexsandro; RIBEIRO, Maria de Fátima Bento Ribeiro; FREITAS, Tassiane Mélo. Revista Confluências Culturais. **Uma Luz no Fim do Túnel: uma ação educativa na preservação da memória carbonífera gaúcha**, Joinville, v. 3, n. 1, p. 70-80, março. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.univille.br/index.php/RCCult/article/view/39>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

ANEXOS

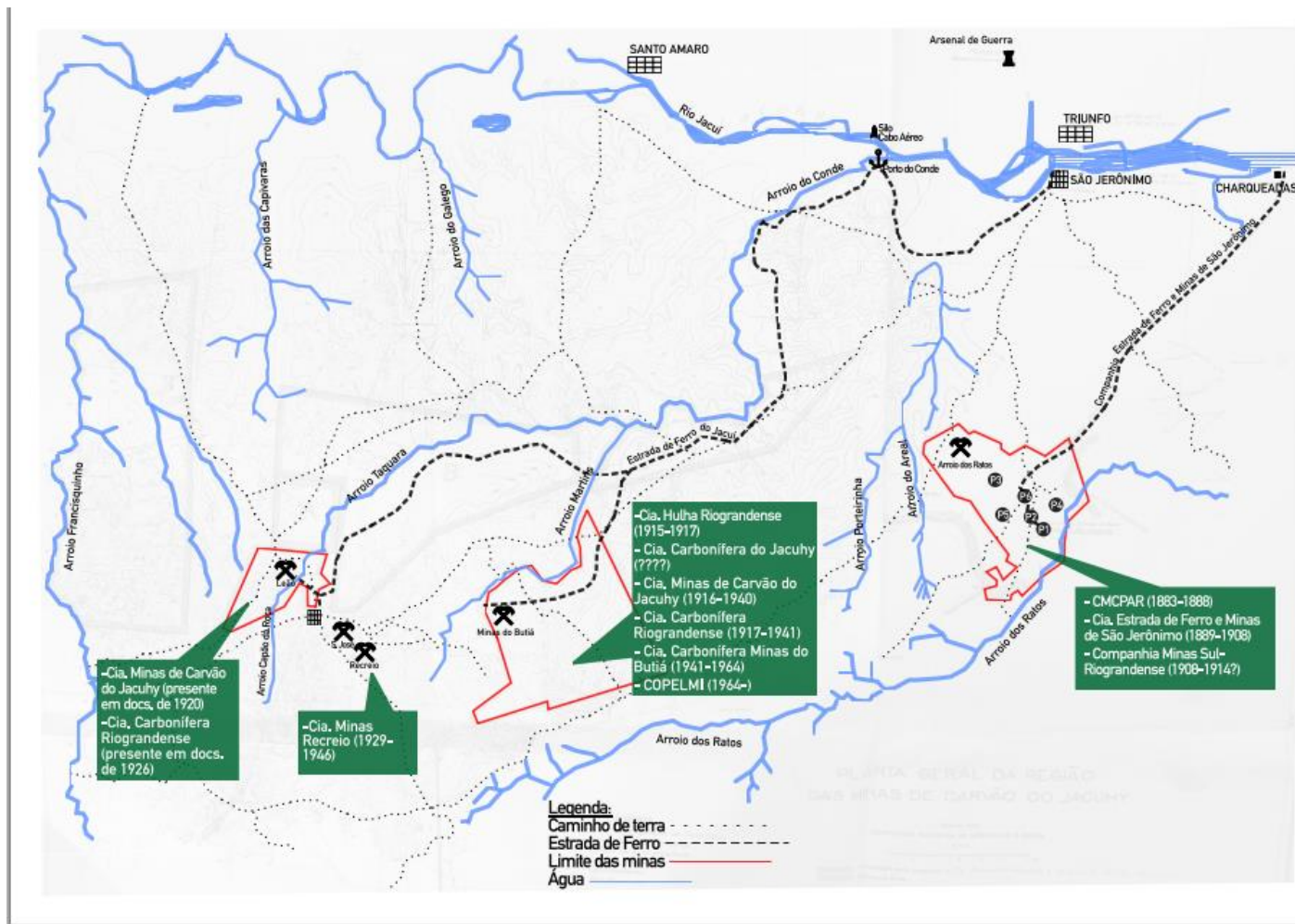
Anexo A - Carta (de 15/06/50) sobre o funcionamento do arquivo de plantas do Consórcio:



Anexo B - Chave do Arquivo de Plantas e Documentos:

CHAVE DO ARQUIVO DE PLANTAS E DOCUMENTOS	
(Topográficos: Representam terrenos ou assuntos referidos a terrenos. (Não-topográficos: Representam os objetos em si mesmos, sem referência a terrenos.	PLANTAS E DESENHOS:
	SUBSÓLO
SUPERFÍCIE	SERVIÇOS TÉCNICOS
	VILA OPERÁRIA
PLANTAS TOPOGRÁFICAS:	Plantas topográficas - A
	Plantas não-topográficas - B
PLANTAS NÃO-TOPOGRÁFICAS:	B bis
	C
PLANTAS TOPOGRÁFICAS:	D
	E
PLANTAS NÃO-TOPOGRÁFICAS:	F
	G
PLANTAS TOPOGRÁFICAS:	H (Reserva)
	I
PLANTAS NÃO-TOPOGRÁFICAS:	Pesquisa
	I bis
PLANTAS TOPOGRÁFICAS:	J
	K
PLANTAS NÃO-TOPOGRÁFICAS:	L
	M
PLANTAS TOPOGRÁFICAS:	N
	O
PLANTAS NÃO-TOPOGRÁFICAS:	O-bis
	O-bis

Anexo C – Mapa da Região Carbonífera com a localização de pontos de mineração, dos traçados das estradas de ferro e dos diversos rios e arroios que perpassam a região, permitindo o escoamento da produção:



Anexo D – Planilha Excel com a Lista geral (parcial) dos documentos relativos aos níveis agrupadores de informação Subsolo/mineração (com Chaves J e L):

Subsolo - Mineração (Lista Geral)						
Nº	CAIXA	CIA / ORIGEM	DATA	CÓDIGO DE ARQ	DESCRIÇÃO	Observação
8	CX. 1	CADEM / Butiá	Década 40	Não Possui	Planta de desmonte do Poço 3 (Minas do Butiá)	Planta com o desenho /
9	CX. 1	CADEM / Minas de Butiá	Década 40	Não Possui	Planta de desmonte do Poço 2 (Minas do Butiá) (Folha 4)	Planta com o desenho /
14	CX. 1	Cia Agro Pecuária Butiá	04/68	Não Possui	Levantamento Plani-altimétrico Área do R2	Contém localização de área
21	CX. 1	CADEM / Butiá	10/58	(nº B-743-b-J)	Planta de desmonte do Poço 5	Planta com o desenho /
23	CX. 1	CADEM / Butiá	Sem data	(nº B-327-b-J)	Planta de desmonte do Poço 3	Planta com o desenho /
28	CX. 1	CADEM / Minas de São Jerônimo	Sem Data (década)	Não Possui	Planta de desmonte do Poço 5 - Zona Sul - Minas de São Jerônimo	Planta com desenho técnico
29	CX. 1	CADEM / Butiá	22/03/1963	(nº B-901-b-J)	Mineração a Céu Aberto - Zona Nova - Encosta 2	Mapa Técnico. Apresentação
30	CX. 1	Não Consta	Sem Data	Não Possui	Folha 2 - Plano de Lavra da jazida de Carvão Mineral referida no Decreto nº 32095	Entrada de ar seria no Poço
41	CX. 1	CADEM / Minas de Butiá	08/53	(nº B-22-b-J)	Planta de desmonte do Poço 3	Planta com o desenho /
43	CX. 1	CADEM / Minas de São Jerônimo	Sem Data	Não Possui	Planta de desmonte do Poço 5-A - Minas de São Jerônimo	Planta com desenho técnico
44	CX. 1	CADEM / Butiá	12/03/1956	(nº B-506-b-J)	Planta de desmonte do Poço 4	Planta com o desenho /
46	CX. 1	CADEM / Butiá	24/04/1954	(nº B-253-b-J)	Área de terreno no Recreio	Mapa técnico com referências
48	CX. 1	CADEM / Butiá	Sem data	Não Possui	Planta de desmonte do Poço 3 (Folha 4)	Planta com o desenho /
60	CX. 2	CADEM / Butiá	10/11/1953	(nº B-210-b-J)	Método de Mineração do Poço 4 - Butiá (Folha 4)	Planta com desenho /
73	CX. 2	Minas de São Jerônimo	29/11/1943	Não Possui	Planta Geral do Desmonte	Planta técnica com referências
77	CX. 2	CADEM / Butiá	13/09/1955	(nº B-434-b-J)	Plano de mineração e Equipamento - Poço 4	Planta com desenho técnico
89	CX. 2	Butiá	10/01/1943	Não Possui	Plano de Lavra para a jazida de carvão mineral sita em terrenos de Joaquim R. Saraiva e Dr. A. Baptista Pereira - 3º distrito	Pesquisa autorizada pelo
90	CX. 2	Butiá	10/01/1943	Não Possui	Detalhe da Lavra da jazida de carvão mineral nos terrenos de Joaquim R. Saraiva e Dr. A. Baptista Pereira - 3º distrito de São Jerônimo	Contém desenho técnico
94	CX. 2	Minas de São Jerônimo	06/05/1948	Não Possui	Plano de Lavra para a jazida de carvão mineral concedida para pesquisas pelo decreto 9169 de 01/04/1942 - (Folha 1a)	Contém a localização do
124	CX. 2	Não Consta (Charqueadas?)	23/01/1958	Não Possui	Folha 1 - Memorial de lavra da jazida de Carvão Mineral Referente ao Decreto nº 32095/33497 - Plano de mineração	Contém a localização do
133	CX. 3	CADEM / Butiá	12/01/1960	(nº B-789-b-J)	Planta de desmonte do Poço explorado pelo empreiteiro Emilio Schäfer	Planta com o desenho /
134	CX. 3	CADEM / Butiá	07/04/1961	(nº B-813-b-J)	Planta do Tunel explorado pelo empreiteiro Elizeu Costa Nunes	Planta com o desenho /

Continuação horizontal da imagem anterior:

Observação	Escala Utilizada	Engº Responsável	Altura X Comprimento	Estado de Conservação
Planta com o desenho / rota das galerias. Possui desenhos técnicos (lapis) no verso, provavelmente de algum maqui	Não consta	Não consta	95,4 cm x 95,9 cm	Bom estado
Planta com o desenho / rota das galerias. (Folha 4)	Escala: 1 : 2,000	Não consta	87,2 cm x 110,8 cm	Bom estado, mas com leve
Contém localização de área ser minerado a céu aberto, mais poço R4 e R2. Contém referência a declinação magnética	Escala: 1 : 5,000	João C. F. Onofrio (CREA - 3	97,9 cm x 66,7 cm	Bom estado com leves mar
Planta com o desenho / rota das galerias. Contém referência ao Poço Nicácio.	Escala: 1 : 2,000	Gilberto Netto (desenhista)	84,6 cm x 69,1 cm	Bom estado com manchas
Planta com o desenho / rota das galerias. Faz referência ao Poço Nicácio, a cooperativa pastoril e a estrada federal.	Escala: 1 : 2,000	Não consta	92,0 cm x 122,0 cm	Bom estado
Planta com desenho técnico. Possui legenda: desmonte e avançamento (ao longo dos anos); galerias; poços, chaminés	Escala: 1 : 2,000	Darcy S. Lima (copiada por)	83,2 cm x 118,0 cm	Bom estado, com traçados
Mapa Técnico. Apresenta áreas destacadas e identificadas com informações sobre mês e ano (de 1963 a 1964). Cor	Escala: 1 : 2,500	Gilberto Netto (desenhista)	93,1 cm x 115,0 cm	Bom estado
Entrada de ar seria no Poço Otávio Reis	Escala: 1 : 2,000	Nelson H(?) (Engenheiro-Ch	41,7 cm x 53,1 cm	Bom estado
Planta com o desenho / rota das galerias. Referência aos poços Nicacio e 1	Escala: 1 : 2,000	Sylvio Pellico (desenhista)	82,7 cm x 127,9 cm	Bom estado com bordas es
Planta com desenho técnico. Possui legenda: desmonte e avançamento; galerias; poços, chaminés, depósitos de água	Escala: 1 : 2,000	Apagado	61,2 cm x 85,6 cm	Traçado fraco, reforçado co
Planta com o desenho / rota das galerias. Mais traçado da Estrada de Ferro do Jacuhy e Arroio Martins, além de refer	Escala: 1 : 2,000	Mauré Stoltenberg (engº re	110,6 cm x 93,6 cm	Bom estado
Mapa técnico com referências aos inúmeros Pontos Minerados (Técnico - de difícil apreciação)	Escala: 1 : 1,000	Não consta	64,3 cm x 91,9 cm	Bom estado
Planta com o desenho / rota das galerias. (Folha 4)	Escala: 1 : 2,000	Apagado / Ilegível	67,5 cm x 122,1 cm	Regular - traçado muito fra
Planta com desenho / rota das galerias, informações sobre metragens, local dos pilares e Correia W20. (Folha 4)	Escala: 1 : 750	Não consta	46,5 cm x 52 cm	Bom estado
Planta técnica com referência aos poços 3 e 5, sondagens e Capão dos Santos.	Escala: 1 : 4,000	Ilegível	84,7 cm x 120,6 cm	Nitidez prejudicada devida
Planta com desenho técnico	Não consta	Não consta	42,3 cm x 51,4 cm	Com pequenos danos e um
Pesquisa autorizada pelo decreto 7240 de 28/05/1941 - contém a localização do poço de extração e do Arroio Martins	Escala: 1 : 10,000	Contém carimbo do Engº de	27,5 cm x 49,9 cm	Bom estado com carimbo c
Contém desenho técnico das galerias, poço de ventilação (exaustor), poço de extração e rota dos carros cheios e vaz	Escala: 1 : 2,000	Contém carimbo do Engº de	31,4 cm x 31,5 cm	Bom estado com manchas
Contém a localização do Poço 6, do Arroio dos Ratos e dos Colombos, além do limite da área lavrada pela CEFMSJ	Escala: 1 : 10,000	Darcy Santos Lima (desenho	37,7 cm x 52,4 cm	Bom estado
Contém a localização do Poço Otávio Reis e Charqueadas, além de informações sobre sondagens (número da Sonda	Escala: 1 : 1,000	Ymar de Albuquerque Mont	103,3 cm x 92,1 cm	Bom estado com algumas r
Planta com o desenho / rota das galerias. Contém referência ao pilar de segurança, ao depósito de madeira e a torre	Escala: 1 : 1,000	Gilberto Netto (desenhista)	105,3 cm x 83,7 cm	Bom estado
Planta com o desenho / rota das galerias e localização da "raise".	Escala: 1 : 1,000	Gilberto Netto (desenhista)	60,8 cm x 53,2 cm	Bom estado com pequenos

Anexo E – Imagem mostrando abas da planilha:

Classificação por Região:						
Região: Porto do Conde						
Nº	CAIXA	CIA / ORIGEM	DATA	CÓDIGO DE ARQ	DESCRIÇÃO	Observação
7	CX. 1	Porto do Conde	Sem data	Não Possui	Planta da Vila do Porto do Conde	Na legenda: casas da companhia (?) e as casas da cia ocup
128	CX. 3	Porto do Conde	Sem Data	Não Possui	Localização de casas da C.A.P. (Caixa de Aposentadoria e Pensões?) capela e cemitério no Porto d	Contém também a localização do Cabo Aéreo, do escritóri
Região: Charqueadas						
Nº	CAIXA	CIA / ORIGEM	DATA	CÓDIGO DE ARQ	DESCRIÇÃO	Observação
329	CX. 6	Charqueadas	Sem data	Não Possui	Planta da Vila de Charqueadas	Planta da Vila de Charqueadas indicando o nome das ruas
353	CX. 6	CEFMSJ	Sem data	("?" 13 x - A)	Planta da Vila de Charqueadas	Planta da Vila de Charqueadas indicando o nome das ruas
393	CX. 7	Charqueadas	Sem data	("?" 9 x - A)	Planta da Vila de Charqueadas	Planta da Vila de Charqueadas, indicando o nome das divi
Região: Minas do Butiá / Butiá						
Nº	CAIXA	CIA / ORIGEM	DATA	CÓDIGO DE ARQ	DESCRIÇÃO	Observação
47	CX. 1	Minas de Butiá	Sem Data	Não Possui	Loteamento de terrenos em Minas de Butiá ao longo da rodovia Guaíba-Uruguaiana	Mapa Técnico. Dimensões e áreas dos loteamentos. Seta i
93	CX. 2	Minas de Butiá	1952 (?)	(nº B-64-b-A)	Loteamento de terrenos em Minas de Butiá ao longo da rodovia Guaíba-Uruguaiana	Contém referência às plantações de eucaliptos, às Minas c
96	CX. 2	Minas de Butiá	Sem Data	Não Possui	Loteamento de terrenos em Minas de Butiá ao longo da rodovia Guaíba-Uruguaiana	Contém tabela com detalhes dos lotes como dimensões e
125	CX. 2	Minas de Butiá	11/63	Não Possui	Vila residencial das Minas de Butiá (vila Butiá)	Indica os nomes das principais Avenidas e Ruas da vila. Co
147	CX. 3	Butiá	Sem data	Não Possui	Planta de Situação da Cancha Reta do C.T.G. Saudades do Pago em Minas do Butiá	Planta situa a área da cancha em relação aos demais terre
352	CX. 6	Butiá	Sem data	Não Possui	Loteamento Charrúa - 1º Sub-Distrito de Butiá - Município de São Jerônimo	Planta apresenta as ruas A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, I
Nº	CAIXA	CIA / ORIGEM	DATA	CÓDIGO DE ARQ	DESCRIÇÃO	Observação
51	CX. 2	CADEM / Butiá	27/11/1959	(nº B-784-b-A)	Planta da Vila Butiá - Propriedade do CADEM (atualizada)	Contém a localização do Poço 5 e outros como Campos de
65	CX. 2	CADEM / Butiá	Ilegível	Não Possui	Planta da Vila Butiá - Propriedade do CADEM (atualizada) - (Ilegível)	Contém a localização do Poço 5 e outros como Campos de
75	CX. 3	CADEM / Butiá	Sem Data	Não Possui	Sem descrição (Poço Butiá)	

EstruturaOperária-Topográficos

EstruturaOperária-NãoTopográfico

ServiçosTécnicos-Topográficos

ServiçosTécnico-NãoTopográficos

Subsolo-Pesquisa

Subsolo-Mineraç...